

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VERÔNICA FERREIRA SILVA

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS EM TORNO DO PROCESSO DE
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

São Luís
2019

VERÔNICA FERREIRA SILVA

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS EM TORNO DO PROCESSO DE
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

São Luís

2019

Silva, Verônica Ferreira.

Fundamentos Teóricos Em Torno Do Processo De
Desindustrialização/ Verônica Ferreira Silva. – São Luís, 2019.

69 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito.

1. Desindustrialização 2. Desaceleração industrial 3. Indústria de
transformação. I. Título.

VERÔNICA FERREIRA SILVA

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS EM TORNO DO PROCESSO DE
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

1º Examinador
Instituição

2º Examinador
Instituição

Dedico esta monografia aos meus pais, ao meu companheiro e ao meu professor-orientador, que me deram todo apoio para tornar possível a consolidação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus, primeiramente, por nunca me abandonar, mesmo nos momentos mais difíceis, por me dar forças para sempre seguir em frente, e principalmente por me propiciar mais uma oportunidade de estar viva com saúde e junto da minha família. Por que Deus é maravilhoso e digno de toda honra e toda glória.

Aos meus pais, que me preparam para os desafios da vida, e me ensinaram que não há melhor caminho para vitória senão à educação. Que me proveram não só de alimento, mas de sabedoria para tomar as melhores decisões, e mesmo distantes me oferecem todo seu amor.

Ao meu companheiro, pelo amor, cuidado, paciência e incentivo, por me ajudar a amadurecer e nunca desistir, mas principalmente por ter me permitido desfrutar do maior amor de todos, o de ser mãe.

Ao curso e aos professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Este trabalho visa contribuir com o debate acerca do processo desindustrialização no período recente, com ênfase nos impactos da desaceleração industrial para o desenvolvimento da economia, além de expor alguns dos principais argumentos relativos ao caso brasileiro. Neste sentido, a pesquisa preocupa-se em estabelecer alguns conceitos e diretrizes para ocorrência do fenômeno, e em especial às condições em que afetam o Brasil de forma precoce, considerando o grau de maturidade da indústria doméstica. De um lado estão os autores heterodoxos que consideram a indústria de transformação o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas, considerando a situação brasileira procedente da abertura comercial, da existência de doença holandesa e consequente sobreapreciação cambial, além de outros fatores capazes de afetar a estrutura produtiva da indústria. Por outro lado, os autores de cunho ortodoxo não atribuem especial importância a um setor específico, e consideram que qualquer setor produz o mesmo impacto sobre a economia. Esses autores muitas vezes negam a existência de desindustrialização e defendem a desaceleração recente da indústria brasileira como sendo de natureza microeconômica, ligada ao aumento do custo de produção da indústria que por conseguinte leva a perda competitividade frente ao mercado externo, vinculada ou não a desaceleração mundial derivada das crises econômicas. Observado os principais responsáveis apontados pelo fraco desempenho da manufatura brasileira, busca-se ainda entender a importância da política macroeconômica no fortalecimento da indústria doméstica e sua relação com o mercado internacional, além de demonstrar teorias alternativas que justificam ou não a desaceleração industrial brasileira.

Palavras-chave: Desindustrialização. Indústria de transformação. Estrutura produtiva.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the debate about the process of deindustrialization in the recent period, with emphasis on the impacts of industrial slowdown for the development of the economy, in addition to exposing some of the main arguments related to the case Brazilian. In this sense, the research is concerned with establishing some concepts and guidelines for the occurrence of the phenomenon, and especially the conditions in which they affect Brazil in an early stage, considering the degree of maturity of the domestic industry. On the one hand are the heterodox authors who consider the manufacturing industry the engine of the long-term growth of capitalist economies, considering the Brazilian situation coming from the commercial opening, the existence of Dutch disease and Consequent Exchange overvaluation, in addition to other factors capable of affecting the productive structure of the industry. On the other hand, the authors of an orthodox nature do not attach particular importance to a specific sector, and consider that any sector produces the same impact on the economy. These authors often deny the existence of deindustrialization and advocate the recent slowdown of the Brazilian industry as being of a microeconomic nature, linked to the increase in the production cost of the industry that consequently leads to loss Competitiveness in the face of the external market, linked or not to the global slowdown derived from economic crises. Observing the main responsible for the poor performance of the Brazilian manufacture, we also seek to understand the importance of macroeconomic policy in strengthening the domestic industry and its relationship with the international market, in addition to Demonstrate alternative theories that justify or not the Brazilian industrial slowdown.

Keywords: De-industrialization. Manufacturing industry. Productive structure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da Taxa Real Efetiva de Câmbio e da participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro (2003-2010).	42
Gráfico 2	Evolução do PIB por setor econômico medido a preços correntes SNC antigo e atual (%)	45
Gráfico 3	Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) – séries originais e corrigida 1947 -2013.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE (DES)INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12
2.1	Industrialização, progresso técnico e produtividade	12
2.2	Desindustrialização: aspectos conceituais	19
2.3	Principais indicadores de desindustrialização: emprego, valor adicionado, investimento e apreciação cambial	26
3	DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM DEBATE: argumentos fundamentais	33
3.1	A tese das restrições da política macroeconômica	34
3.2	A tese da doença holandesa	38
3.3	A tese da convergência internacional	44
3.4	Algumas teses alternativas	47
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A indústria de transformação vem perdendo espaço no cenário econômico de muitos países. Essa desaceleração do setor manufatureiro deu início a uma extensa discussão a respeito do papel da manufatura no processo de desenvolvimento econômico principalmente a partir da década de 1990. No período recente diversas teorias têm sido lançadas ao debate, pró e contra a existência da chamada desindustrialização e as possíveis causas associadas ao fenômeno no Brasil, principalmente em decorrência da queda acentuada de participação da indústria de transformação no PIB em comparação ao setor de serviços e ao aumento da parcela da produção de *commodities*.

O caminho natural do desenvolvimento econômico implica o amadurecimento de todos os setores da economia, assim, nos países desenvolvidos, após a indústria alcançar certo nível de maturidade, poderá haver uma migração da mão de obra para o setor de serviços, a chamada desindustrialização natural. Entretanto, nos países em desenvolvimento o declínio da atividade industrial poderá ocorrer antes do fortalecimento da indústria doméstica, de forma precoce, podendo comprometer o desenvolvimento do país. De acordo com autores heterodoxos, a indústria tem papel fundamental na economia, na promoção do crescimento econômico, por estar sujeita a economias de escala e fomentar externalidades positivas, algumas negativas, sendo assim a principal geradora e difusora de progresso técnico, promovendo a convergência de um país em direção ao nível de renda *per capita* e bem estar geral compatível com países desenvolvidos. (BRESSER-PEREIRA; NASSIF; FEIJÓ, 2016).

O objetivo central deste trabalho é analisar o debate em torno da dinâmica industrial e sua influência sobre o crescimento econômico. Mesmo considerando a opinião de parte da comunidade acadêmica adepta da corrente de pensamento ortodoxa, que argumentam acerca da igualdade entre os setores da economia, é evidente a existência de características intrínsecas à indústria, que têm influência positiva sobre o crescimento agregado, como defendem os autores de cunho heterodoxo. Ao consentir a respeito da crescente redução da participação industrial na economia brasileira, torna-se necessária a discussão em torno de um possível processo de desindustrialização e suas implicações sobre o desenvolvimento da economia como um todo.

Ademais, para um melhor esclarecimento em torno das consequências das Políticas adotadas sobre a atividade industrial, tomou-se como objetivos específicos: (i) discutir os principais conceitos envolvidos na análise da dinâmica industrial; (ii) apresentar os principais argumentos acerca da existência de um processo de desindustrialização; e, (iii) apresentar as principais teorias a respeito do fenômeno da desindustrialização no Brasil.

Além desta introdução, a pesquisa está organizada em dois capítulos. O capítulo primeiro trata dos fundamentos teóricos em torno do processo de desindustrialização, seus conceitos, causas e principais impactos sobre o crescimento econômico. O capítulo faz uma abordagem acerca da importância do setor industrial e sua distinção em comparação aos demais setores da economia e a importância em se manter a estabilidade da manufatura. É avaliado o conceito de desindustrialização natural, fruto do processo de desenvolvimento normal ocorrendo principalmente em países desenvolvidos, e desindustrialização precoce, que é o caso atribuído ao Brasil e de grande parte dos países em desenvolvimento, onde a indústria ainda não alcançou o nível de maturidade. O capítulo segundo apresenta um panorama geral sobre os argumentos que aceitam a Indústria como crucial para o processo de desenvolvimento econômico, buscando identificar os principais fatores internos e externos que podem interferir no contexto da indústria doméstica. Além disso, aborda os principais argumentos acerca dos efeitos das políticas macroeconômicas sobre o crescimento industrial pela visão novo desenvolvimentista e ortodoxa, tratando principalmente do caso brasileiro, confrontando as principais alegações que justificam ou negam a ocorrência de desindustrialização no país.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE (DES)INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A primeira Revolução industrial iniciada na Inglaterra no fim do século XVIII e início do XIX simbolizou o pontapé inicial de um novo ciclo da economia mundial, com o surgimento da atividade industrial. O processo, que ficou conhecido como industrialização, “[...] não surgiu em todas as partes ao mesmo tempo, mas em algumas regiões do planeta” (SOUZA, 1993, p. 14). A dinâmica de crescimento e diversificação desse setor aconteceu de forma gradativa e progressiva, revolucionando os padrões de produção e consumo da sociedade.

O conceito de Industrialização está ligado à modificação da matéria-prima por meio de um processo mecanizado. Trata-se de “[...] qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo” (Decreto nº 7.212, de 2010, art. 4). Esse conceito trata especificamente da indústria de transformação, que conforme estabelecido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), diz respeito a “[...] atividades que envolvem transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes para obter produtos novos”. Desconsiderando-se, portanto, a indústria extrativa que trata especificamente da “[...] retirada da matéria-prima da natureza para utilização em outras indústrias”.

2.1 Industrialização, progresso técnico e produtividade

Segundo a literatura econômica à proporção que um país se desenvolve e por consequência eleva sua renda *per capita*, haverá uma propensão de este sofrer alteração na sua estrutura produtiva (MARCONI; ROCHA, 2012). Em nível agregado a evolução do PIB nos países em processo de crescimento econômico atravessa uma sequência típica. Inicialmente o setor agrícola concentra maior nível de mão de obra, sendo reduzido à medida que a produtividade aumenta e o processo se moderniza, ocorrendo uma migração ao setor industrial e de serviços, há assim um deslocamento do valor da produção nesse sentido, com maior concentração no setor industrial quando no estágio de industrialização. Posteriormente, a atividade industrial também poderá perder participação, ou por consequência do grau de desenvolvimento, da política econômica geral ou em especial a política comercial,

cedendo participação ao setor de serviços. (BONELLI, 2005).

Para Cano (2012) essa redução é apenas relativa, uma vez que o crescimento dos demais setores e da urbanização obriga a agricultura a crescer, diversificar e modernizar-se, proporcionando maior homogeneidade estrutural, econômica e social. Para esse o autor, o aumento de alguns indicadores econômicos básicos - elevado nível de renda *per capita* e forte diminuição da participação agrícola no PIB, e no emprego - em direção aos daqueles já obtidos pelos demais países desenvolvidos configura a medida para o desenvolvimento.

Na avaliação de Nassif (2008), o crescimento mais acentuado da produtividade no setor de manufaturados e a possibilidade de substituição de mão de obra por técnicas poupadoras de mão de obra, contribuem diretamente para uma redução expressiva do emprego total ao longo do desenvolvimento econômico, enquanto o setor de serviços requer maior volume de mão de obra, fruto da menor taxa de crescimento da produtividade do trabalho, impulsionando assim o aumento da participação do setor no emprego total.

Um estudo realizado por Clark (1957 apud ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999, p. 19), que consistiu basicamente em uma “extrapolação da Lei de Engel¹”, já se previam mudanças na estrutura produtiva. Conforme argumentos, assim como um país pobre com renda *per capita* em ascensão tende a reduzir a parcela destinada em alimentos e elevar de forma crescente a parcela gasta com outros itens como produtos manufaturados, à medida que o país se desenvolve a demanda sofre uma mutação e as despesas com manufaturados tendem a se estabilizar, ou mesmo cair em última instância, migrando parte para o setor de serviços, bem como a participação do emprego.

Essa trajetória evolutiva entre os setores é explicada por Kuznets (1966, apud MORCEIRO, 2011, p. 20-21) com base em alguns argumentos; (i) as diferenças nos impactos sobre os recursos produtivos e agregados setoriais, em função das transformações econômicas, naturais e sociais; (ii) a variação temporal das transformações nas estruturas produtivas dos países, com maior regularidade na trajetória da agricultura → indústria → serviços; (iii) migração da mão de obra inicialmente locada no setor primário a medida que o processo se moderniza para o

¹ “A Lei de Engel afirma que o padrão de consumo das famílias modifica-se de acordo com alterações no nível de renda, pois as elasticidades-renda da demanda pelos diversos bens e serviços seriam distintas e também variam à medida que a renda altera-se”. (MARCONI; ROCHA, 2012, p.855).

setor industrial e de serviços, bem como da participação relativa do valor da produção, em maior volume para indústria em estágio de industrialização, onde a proporção dos rendimentos gerados é maior por conta da maior produtividade da atividade industrial em relação as demais; (iv) uma convergência entre os níveis de renda real dos habitantes a medida que se vai alcançando a maturidade econômica; (v) e, repasse do progresso técnico da atividade industrial para outras atividades, seja via aumento salarial ou seja via transferências de técnicas; neste caso, a agricultura tem uma taxa de absorção de capital por homem superior ao setor de serviços, pela maior capacidade de mecanização de tarefas.

Aceitar a análise da evolução gradativa dos setores ao longo do processo de desenvolvimento não implica dizer que a população de um país onde o setor de serviços encontra-se em último estágio, concentrando mais recursos e rendimentos, esteja em melhor situação que uma nação majoritariamente agrícola.

A Indústria de certa forma tem influência direta sobre os demais setores. Na atividade agrícola a falta de estruturação na indústria eleva o nível de importações de insumos modernos e de bens de capital, já no setor de serviços, o fortalecimento da indústria aumenta a inclinação deste à diversificação, modernização e expansão da estrutura produtiva e do emprego. (CANO, 2012).

De tal modo, a atividade industrial torna-se de suma importância no contexto econômico de qualquer país, mas seu grau de relevância pode variar de acordo com a perspectiva em que é abordada. Na abordagem neoclássica e sua descendente a “nova” teoria do crescimento, todos os setores da economia são tratados como sendo iguais, não destacando nenhum em especial. Na prática o crescimento agregado relaciona-se naturalmente com a taxa de expansão do setor que tem as características mais favoráveis (THIRLWALL, 2005, p. 43). Em contrapartida, as diversas correntes do pensamento heterodoxo, consideram que o processo de crescimento econômico é setor-específico, sendo a Indústria considerada o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Para entender melhor os motivos pelos quais a discussão em defesa da Indústria é tão extensa, é necessário melhor especificar as características que tornam o setor tão relevante em comparação aos demais, no que se refere ao seu efeito sobre o crescimento econômico. Para tal, temos a contribuições de alguns autores que se destacaram em suas proposições nesse sentido.

Dentre os muitos defensores da manufatura como processo determinante para o desenvolvimento econômico está à contribuição de Raul Prebisch (1949), proeminente intelectual da CEPAL em seus estudos acerca do processo de desenvolvimento econômico da América latina, com destaque às principais mudanças no cenário produtivo internacional. O autor aponta as vantagens do setor industrial em relação aos demais, primeiramente ao comparar o desempenho do progresso técnico e da produtividade, que crescem a margens superiores na indústria em comparação ao setor primário. Esse crescimento diferenciado exerce grande relevância, uma vez que o aumento desses recursos contribui para a melhoria nos rendimentos e impulsiona maiores níveis de investimentos. Para Prebisch (1949, p. 89):

A industrialização, ao aumentar a produtividade, fará subirem os salários e encarecerá relativamente o preço dos produtos primários. Desse modo, ao elevar sua renda, a produção primária irá captando gradativamente a parte do fruto do progresso técnico que lhe teria competido pela baixa dos preços. Como no caso dos grupos sociais atrasados, é claro que esse ajuste significará uma perda de renda real nos setores industriais, perda esta que será tão menor quanto menor for seu coeficiente de importações; no final das contas, entretanto, essa perda poderia ser generosamente compensada pelo fruto de sucessivas inovações técnicas.

Assim, conforme Prebisch (1949 apud MORCEIRO, 2012, p.23-24), o progresso técnico tem efeito direto para a elevação do padrão de vida da população, em especial por meio de dois mecanismos: aumento dos rendimentos e elevação dos investimentos produtivos. Em países, que exportam produtos primários e importam bens industriais, verifica-se a deterioração dos termos de troca; assim, os benefícios gerados pelo progresso técnico na periferia agrícola são relativamente transferidos para o centro industrial. Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países, pois ela constitui o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PREBISH, 1949, p. 72).

Além desses aspectos, outros fatores, que reforçam a relevância do setor industrial, foram considerados por Prebisch (1949), bem como a superioridade dos grupos sindicais dos países industriais, que, por serem mais bem estruturados que os presentes nos países agrícolas, conseguem defender melhor os interesses dos seus trabalhadores. E nos períodos de oscilação econômica (expansão e retração); as inovações de processos e produtos, graças ao progresso técnico, permitiram

menor influência do valor dos produtos primários no valor final dos produtos industrializados, com isto diminuiu o teor de produtos agrícolas na renda real da população; a elevação do nível da renda impulsiona a diversificação na cesta de consumo, reduzindo a proporção de produtos agrícolas; a elasticidade renda das importações de bens manufaturados é muito superior à dos bens primários, assim, países com indústrias competitivas possuem maior flexibilidade para minimizar restrições no balanço de pagamentos que impactem no crescimento potencial de longo prazo.

Outro autor também conferiu especial importância ao setor industrial, Nicholas Kaldor (1966) que, diferente de Prebisch (1949), avaliou a influência do setor industrial com base em amostras de países desenvolvidos, no caso, o Reino Unido. Seu conjunto de proposições teóricas desenvolvidas em meados dos anos 1960/70, buscou explicar as diferenças nas dinâmicas de crescimento dos países com ênfase em fatores ligados à demanda agregada (apud FEIJÓ; LAMONICA, 2011).

Essa relevância atribuída ao setor industrial se deu após constatação da correlação positiva entre a taxa de crescimento do produto como um todo e a taxa de crescimento do setor manufatureiro desde que a última não exceda a taxa de crescimento do restante da economia (SQUEFF, 2012). As principais proposições ficaram conhecidas como as Leis de Kaldor.

A primeira lei “[...] afirma que há uma forte relação causal entre o crescimento da produção manufatureira e o crescimento do PIB” (THIRLWALL, 2005, p. 44). A Indústria, então, representa uma espécie de propulsor para o crescimento, por se tratar do setor mais dinâmico e difusor de inovações, onde as relações da indústria manufatureira com os demais setores induzem a um aumento na produtividade dentro e fora dela. A presença de retornos crescentes na indústria permite que as mudanças nos processos de produção se propaguem continuamente de modo cumulativo (FEIJÓ; LAMONICA, 2011, p. 121).

A segunda lei, também chamada de lei de Kaldor-Verdoorn, “[...] afirma que existe forte relação causal entre o crescimento da produção e o aumento da produtividade no setor manufatureiro, como resultado de rendimentos estáticos e dinâmicos de escala” (THIRLWALL, 2005, p. 44). Na interpretação de Kaldor, em determinado estágio de desenvolvimento, o crescimento da demanda por exportações determinaria o produto nacional, sendo as exportações estimuladas pela indústria de transformação, nesse caso, os retornos crescentes presentes na

indústria de transformação garantiriam um processo cumulativo de crescimento (FEIJÓ; LAMONICA, 2011).

A terceira lei de Kaldor trata da relação causal positiva entre a velocidade de expansão do setor manufatureiro e o aumento da produtividade fora dele, fruto dos rendimentos decrescentes da agricultura e algumas pequenas atividades de serviços que fornecem mão de obra ao setor industrial (THIRLWALL, 2005, p. 44). Ou seja: uma expansão da indústria manufatureira permite a absorção de mão de obra ociosa do campo, devido à estruturação do setor agrícola com equipamentos que aumentam o coeficiente de capital humano, e à estruturação de diversos serviços ligados a atividade industrial, assim, a industrialização acelera a taxa de mudanças tecnológicas por toda economia (MORCEIRO, 2012).

A quarta lei relaciona diretamente a taxa de crescimento das exportações com o crescimento do produto agregado. Assim, o crescimento pode ser inibido por restrições externas, vinculando a sustentabilidade do crescimento à capacidade de manter a competitividade das exportações, ligada por sua vez ao aumento da produtividade no setor de transformação industrial. As exportações assumem papel estratégico para o equilíbrio do balanço de pagamentos, podendo aliviar suas restrições ao longo do tempo (FEIJÓ; LAMONICA, 2011, p. 122).

Para Kaldor (1966) um dos principais fatores para o crescimento do setor manufatureiro é a demanda proveniente da agricultura nos estágios iniciais do desenvolvimento, e o crescimento das exportações nas etapas posteriores. O rápido aumento das exportações e da produção pode originar um ciclo virtuoso de crescimento, onde o aumento acelerado das exportações leva a um crescimento rápido da produção e vice-versa (THIRLWALL, 2005, p. 44).

O aumento das exportações de manufaturas pode colaborar de duas formas para o desenvolvimento de um país: pelo lado da demanda e da oferta. O primeiro, incentivando a produção do setor manufatureiro, que possui um efeito de encadeamento positivo na escala produtiva sobre os demais setores da economia, e, segundo pela existência das externalidades, uma vez que a concorrência internacional gera aprimoramentos do processo produtivo que são absorvidos por outros setores (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008). Esse dinamismo intersetorial, revelado pela geração de externalidades positivas e que são facilmente transmitidas ao restante da economia, configuram outra forte característica do setor industrial (SQUEFF, 2012, p.9).

Chenery (1960 apud VIEIRA; AVELLAR; VERISSIMO, 2014), ao analisar os padrões de crescimento industrial, verifica a maior sensibilidade á variações nos níveis de produto em indústrias onde o papel das economias de escala é mais importante, enquanto a variação na dotação dos fatores de produção se refletem principalmente através das mudanças nas proporções dos bens produzidos domesticamente e importados nos diversos setores. Para o autor, há maior probabilidade de que os setores líderes estejam associados aos setores industriais onde a substituição das importações se tornaram mais rentáveis com a expansão dos mercados, processo este acompanhado pela aquisição de capital e habilidades (CHENERY apud VIEIRA; AVELLAR; VERISSIMO, 2014, p. 487).

As principais hipóteses levantadas em defesa da indústria como motor do crescimento de longo prazo, são sintetizadas por Oreiro e Feijó (2010, p. 223-224) nos seguintes argumentos:

- (i) A indústria possui efeitos de encadeamento para a frente e para trás na cadeia produtiva mais fortes que nos demais setores da economia;
- (ii) A presença de economias estáticas e dinâmicas² de escala, característica da indústria permite que a produtividade na indústria seja uma função crescente da produção industrial. Com exposto anteriormente, esse fenômeno ficou conhecido na literatura econômica como “lei de Kaldor-Verdoorn”;
- (iii) O setor manufatureiro detém a maior parte da mudança tecnológica, além de difundir boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia;
- (iv) A “industrialização” é necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento de longo prazo, uma vez que a elasticidade renda³ das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de *commodities* e produtos primários.

² Conforme especificado em Morceiro (2012, p.15), nas economias de escala estáticas o aumento da produção diminui o custo médio no caso das economias de escala dinâmicas o aumento do mercado gera especialização.

³ Elasticidade renda mede a variação percentual na quantidade de um bem dado uma variação percentual na renda do consumidor.

Para os autores heterodoxos a expansão do setor manufatureiro torna-se indispensável para o processo de desenvolvimento econômico de um país, por ser fonte de retornos crescentes de escala e/ou a principal difusora do progresso técnico e por permitir o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 224).

Apesar de verificada uma migração gradativa entre os setores da economia, no que diz respeito às suas participações efetivas no PIB, o desempenho da atividade industrial configura grande preocupação, principalmente entre os autores heterodoxos, dada as características singulares desse setor.

2.2 Desindustrialização: aspectos conceituais

A eminente capacidade de diversificação da estrutura produtiva do setor manufatureiro, sua sensibilidade em relação ao progresso técnico e produtividade, além do forte dinamismo intersetorial atrelado às experiências históricas de países desenvolvidos, fortalece a discussão em prol da relevância do setor industrial para o desenvolvimento da economia. Em Squeff (2012) é possível observar fatores ligados ao processo de desenvolvimento, que configuram as primícias fundamentais do debate, entre eles as mudanças na composição setorial do emprego e do valor adicionado total ao longo do tempo. O processo onde há migração do emprego e do valor adicionado da atividade manufatureira em direção a outros setores ficou comumente conhecido como *desindustrialização*, e seu conceito pressupõe uma gama de teorias, sob as mais diversas perspectivas.

Existem múltiplos conceitos para definir o termo desindustrialização, mas, de modo genérico, trata-se de uma perda de participação da indústria de transformação em relação aos demais setores, seja por um processo “natural” de desenvolvimento, seja mesmo por uma “falha” econômica⁴. O conceito clássico definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) tem como base a análise da variável emprego nas economias avançadas, definindo desindustrialização como sendo um declínio persistente da participação do emprego industrial com relação ao emprego total. O diagnóstico foi feita com base na experiência dos países desenvolvidos a

⁴ Conforme Rowthorn e Wells (1987 apud MORCEIRO, 2012, p.46-47), uma possível falha econômica ocorre em um período onde a indústria sofre severas dificuldades e a economia tem uma performance geral considerada pobre. O reflexo disso é uma possível desindustrialização negativa.

partir da década de 1970.

A variável emprego é determinante para a avaliação do desempenho da indústria, porém ela sozinha não é capaz de determinar totalmente um processo de desindustrialização, já que considera de modo genérico as mudanças estruturais que ocorrem no setor manufatureiro. Por exemplo, uma variação significativa na produtividade ou no nível de investimento em tecnologia pode culminar em uma redução gradativa do volume de mão de obra, ou seja: do emprego industrial, sem necessariamente comprometer diretamente a produção.

Pode-se dizer que o foco dado ao emprego é resultado da sua forte influência para o crescimento da renda; além disso, independentemente da causa da desindustrialização, por fatores domésticos ou externos, o emprego manufatureiro dos países desenvolvidos encolheu quando comparado ao restante da economia (MORCEIRO, 2012, p. 28).

Entretanto, ao avaliar o conceito de desindustrialização, Tregenna (2008) vai além das considerações do emprego e acrescenta os indicadores de produção em sua análise, ou seja, além da redução do emprego industrial, considera também o declínio sustentado do valor adicionado da indústria em relação ao PIB. A autora deixa claro a importância de avaliar as variáveis emprego e produção de forma conjunta, isso por que os fatores relacionados ao processo de desindustrialização podem operar tanto por meio do emprego como da produção; no caso dos ganhos de produtividade a variável afetada é especificamente o emprego, e por outro lado uma redução na taxa de investimento impactaria mais significativamente a produção manufatureira que o emprego industrial. Além disso, julga que a análise conjunta é extremamente importante, pois os processos kaldorianos, onde a manufatura tem demasiada importância para o crescimento, agem por meio dos dois canais.

Dentre os fatores externos apontados por Tregenna (2008), capazes de afetar a produção manufatureira e o nível de emprego, em se tratando de desindustrialização, estão: os efeitos dos encadeamentos (as propriedades de puxar o crescimento da manufatura através dos encadeamentos para frente e para trás), o crescimento da produtividade como função do crescimento da produção, a manutenção do balanço de pagamentos em posição superavitária, as economias de escala estáticas e dinâmicas e o multiplicador da demanda do tipo keynesiano através dos salários. Nos três primeiros a produção manufatureira é mais relevante, as economias de escala operam através de ambos os canais e, no último, o

emprego manufatureiro é mais relevante.

Além das duas óticas, há ainda correntes que defendam a importância do comércio internacional sobre o fenômeno da desindustrialização, uma vez que as relações externas podem determinar o equilíbrio econômico do país, o que é o caso da visão de Cambridge⁵.

O diagnóstico relacionado a um possível processo de desindustrialização se dá de duas formas: a primeira como resultado de um processo natural de desenvolvimento e, portanto, considerado positivo; a segunda como um processo precoce ou mesmo negativo, a depender do estágio de desenvolvimento em que a indústria manufatureira se encontra.

Para Palma (2005) o processo natural de desindustrialização pode ser comparado a uma espécie de U invertido: à medida que a renda *per capita* cresce a participação do emprego industrial no PIB inicialmente aumenta, configurando a trajetória rumo à Industrialização; o ponto máximo consiste numa fase temporária, onde o emprego industrial se mantém estável em relação a renda *per capita*, antes que ele comece a cair naturalmente cedendo espaço para outros setores, sobretudo o de serviços. Cano (2012) também acredita que, ao atingir certo nível de maturidade, a Indústria de transformação perde seu peso relativo em relação ao setor de serviços, em função de mudanças na estrutura produtiva e do emprego que se movem no sentido de expandir, modernizar e diversificar cada vez mais os serviços. Esta, portanto, é uma conotação positiva atribuída ao termo.

Esse processo de desindustrialização natural é definido por Silva (2014, p. 40) como aquele que ocorre quando: (i) a economia alcança elevada renda *per capita*; (ii) a indústria de transformação atinge o ponto de maturidade que lhe permitiu esgotar todas as possibilidades de desenvolvimento econômico resultantes do próprio processo de industrialização; (iii) a estrutura produtiva e o emprego se movem rumo a expandir, modernizar e diversificar ainda mais os serviços; (iv) A economia continua a apresentar elevadas elasticidades renda da demanda por exportações, vis a vis a elasticidade renda das importações. Após constatadas essas etapas, a indústria perde posição relativa para os serviços sem ameaçar a sustentabilidade do processo de crescimento.

⁵ Em Morceiro (2012, p. 31) o termo “visão de Cambridge” qualifica os autores que se encaixam no eixo onde a desindustrialização é medida pelo comércio. Esse termo foi utilizado anteriormente em trabalhos como de Cairncross (1978) e Coriat (1989).

Por outro lado, a desindustrialização assume uma conotação negativa quando a Indústria perde posição (relativa e absoluta) antes que a estrutura produtiva industrial tenha alcançado a fase de maturidade e, portanto, antes que a renda *per capita* tenha alcançado níveis satisfatórios, semelhantes aos dos países desenvolvidos, prejudicando o crescimento econômico de longo prazo, uma vez que os mecanismos kaldorianos não estão operando com a intensidade de uma indústria manufatureira madura (SILVA, 2014, p. 41). Quando ocorre de forma precoce, a desindustrialização afeta negativamente os ganhos dinâmicos de escala, o progresso técnico e, conseqüentemente a competitividade da indústria nacional. Como resultado, a economia tende a especializar-se em produtos de baixo valor agregado e de baixa elasticidade renda da demanda, enrijecendo a restrição externa e limitando o crescimento no longo prazo (SILVA, 2014).

A desindustrialização torna-se um problema quando ocorre em circunstâncias que ameaçam o crescimento da economia e a diminuição da qualidade de vida da população. Países em processo de industrialização, em que a indústria de transformação, pelo menos na maior parte, ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente e a renda *per capita* da população ainda é baixa, são aqueles que se ressentirão de eventual redução no valor agregado e no número de empregos gerados (DIEESE, 2011, p.3-4).

O autor deixa claro, na citação acima, que, ao atingir países em fase de desenvolvimento, a desindustrialização tem efeitos nocivos sobre o valor agregado e o nível de emprego, considerando a falta de maturidade econômica. Cumpre ressaltar que esse processo de desindustrialização pode ou não estar relacionado à política interna de cada país.

Para Rowthorn e Ramaswany (1999), há fatores externos e internos que podem motivar o processo de desindustrialização. Os fatores externos estão ligados ao grau de integração comercial e produtiva das economias, como resultado de uma fase de desenvolvimento do mercado mundial. Essa integração pode gerar diferenças na configuração da indústria de alguns países, ou seja: países onde houver produção de manufaturados intensivos em mão de obra terão um aumento do emprego industrial, enquanto que as economias importadoras desses produtos sofrerão uma redução do emprego industrial em termos relativos (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Os fatores internos, por sua vez, considerados os mais importantes, configuram as mudanças na relação entre a elasticidade renda da demanda por

produtos manufaturados e serviços e a diferença de produtividade entre o setor industrial e de serviços. (ROWTHORN; RAMASWANY, 1999).

Dentre as principais causas apontadas para o processo de desindustrialização, estão à elasticidade-renda das manufaturas que podem variar conforme o grau de desenvolvimento dos países. No início da Industrialização a elasticidade-renda da demanda por alimentos é reduzida e à medida que a renda se eleva, a elasticidade renda por manufaturados aumenta. Na segunda fase de desenvolvimento, com a renda *per capita* ainda em ascensão, a elasticidade renda por serviços supera a elasticidade renda por manufaturados. Esse movimento aumenta o nível de emprego no setor de serviços, aumentando sua participação no emprego total, e caracterizando um processo de desindustrialização (SILVA, 2014; MORCEIRO, 2012; SQUEFF, 2012).

A taxa de investimentos também é apontada como uma possível causadora do processo de desindustrialização. É diretamente proporcional ao nível de produção industrial e por conseguinte ao crescimento do PIB, visto que os investimentos ligados às máquinas, equipamentos e materiais de construção são produzidos pelas manufaturas. Assim, quanto maior a proporção dos investimentos, maior será a participação da manufatura no valor adicionado e no emprego total, de igual forma o inverso representa um processo de desindustrialização (SILVA, 2014; MORCEIRO, 2012; SQUEFF, 2012; TREGENNA, 2008).

O processo de terceirização por sua vez é uma tendência crescente, fruto da necessidade de especialização, integração dos processos e redução de custos, onde determinadas atividades meio são direcionadas a empresas prestadoras de serviços. Sendo assim, essa migração dos empregos do setor industrial ao setor de serviços de terceiros, promove uma espécie de “ilusão estatística”, oriunda da reclassificação das atividades, ocasionando assim um processo de desindustrialização (SILVA, 2014; MORCEIRO, 2012; PALMA, 2005; SQUEFF, 2012).

No caso da Nova DIT (Divisão Internacional do Trabalho), por obrigar as firmas a aumentarem o grau de eficiência no trabalho sob pena de eliminação do mercado, geram-se um aumento da produtividade e uma possível redução do emprego total, proveniente do aumento de eficiência não revertida em produção, caracterizando um processo de desindustrialização proveniente de ganhos de eficiência alocativa (MORCEIRO, 2012).

Em geral, os países desenvolvidos se especializam em manufaturas de alto valor adicionado intensivas em capital e tecnologia, e importam produtos de baixo valor adicionado dos países em desenvolvimento que por sua vez se especializam nesse tipo de produto. Desta forma, o emprego industrial dos países desenvolvidos fica comprometido, visto que a produção requer maior produtividade, tecnologia e menor força de trabalho (PALMA, 2005; BONELLI, 2005).

A nova DIT se dá via comércio internacional e fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), variando conforme nível de abertura comercial do país e seus efeitos vão além do movimento de trabalho, pois, com o passar dos anos, um país exportador de IDE pode tornar-se rentista, pois,

[...] se por um lado reduz a 'armadilha da dívida externa' acumulada no período de desenvolvimento, por outro, cria uma 'armadilha da riqueza' que, ao apreciar o câmbio real, reduz a competitividade da indústria doméstica. Esse processo causa a desindustrialização de forma negativa ou precoce (SILVA, 2014, p. 29).

O Diferencial de produtividade é determinado principalmente pela introdução de novas tecnologias que potencializam a produção industrial atingindo diretamente o volume de mão de obra necessária. Quando comparada aos demais setores, a indústria registra maiores níveis de produtividade, impulsionando os preços relativos dos bens industrializados para baixo, estimulando a demanda desses produtos, mais do que compensando os níveis de elasticidade renda. A desindustrialização nesse caso é um fenômeno paradoxalmente tecnológico, considerando a indústria a principal fonte de progresso técnico (NASSIF, 2008). Cabe ressaltar que uma variação do emprego industrial não necessariamente representaria uma redução da participação do setor manufatureiro no PIB, uma vez que a receita pode ser compensada pelo aumento da produtividade do setor, embora historicamente a redução do emprego industrial venha quase sempre acompanhada de uma redução da participação industrial no PIB, o que aponta uma mudança estrutural em termos de produto. (SILVA, 2014). Assim, os ganhos de produtividade causam desindustrialização pelo lado do emprego, ao liberarem trabalhadores para outros agregados macroeconômicos e pelo produto medido em moeda corrente, quando ao reduzir os custos, esses ganhos de produtividade são repassados para os preços (menores) dos produtos (MORCEIRO, 2012).

O chamado Consenso de Washington⁶ preconizou mudanças na política macroeconômica de alguns países, políticas de liberalização comercial e de desregulamentação financeira, que reduziram prematuramente o setor manufatureiro desses países (SQUEFF, 2012, pag.10). Segundo Shafaeddin (2005 apud MORCEIRO, 2012) essas políticas liberalizantes, de certa forma, impossibilitaram o crescimento de indústrias em estágio inicial de adaptação, impossibilitando seu avanço e favorecendo indústrias com certo grau de maturidade. Alguns autores consideram que uma abertura comercial fosse gradativa e seletiva permitiria que alguns setores ineficientes se tornassem paulatinamente eficientes (SQUEFF, 2012). A desindustrialização nesse caso é fruto de uma intervenção política que penaliza certas indústrias domésticas, variando os efeitos de acordo com cada país. Em países em fase de desenvolvimento o declínio da atividade industrial pode estar relacionado a essas políticas macroeconômicas adotadas.

A ocorrência de doença holandesa está vinculada a um forte aumento das exportações de produtos primários ou serviços, resultante da abundância de determinado recurso natural, gerando uma apreciação demasiada da taxa de câmbio no respectivo país. O termo, atribuído pela revista *The Economist* em 1977, como *dutch disease*, se deve ao evento ocorrido na Holanda em 1960, a descoberta de grandes reservas de gás natural, que favoreceram o aumento significativo das exportações dessa commodity, gerando uma forte apreciação cambial da moeda holandesa (SQUEFF, 2012, p. 11). A valorização do câmbio propicia a redução da competitividade da manufatura interna deteriorando o saldo comercial dos produtos manufaturados, podendo gerar um processo de desindustrialização, caso não seja neutralizado.

A doença holandesa pode causar externalidades negativas nos outros setores de bens e serviços comercializáveis da economia, impedindo o desenvolvimento desses setores, não obstante usem a melhor tecnologia e as

⁶ O chamado Consenso de Washington diz respeito a um conjunto de medidas formuladas para combater no curto prazo o chamado populismo econômico e lograr o equilíbrio fiscal e a estabilização econômica, no médio prazo previa “uma estratégia baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações”. Constituindo-se de 10 reformas principais: 1) disciplina fiscal; 2) mudança das prioridades em relação às despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; 5) taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado e positiva; 6) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior; 7) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; 8) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; 9) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; 10) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

melhores práticas administrativas. Essa falha de mercado implica uma diferença entre a taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta corrente do país e a taxa que permite a existência de setores econômicos eficientes de bens e serviços comercializáveis além daqueles beneficiados por rendas ricardianas⁷ (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008). Palma (2005) amplia o conceito de doença holandesa, caracterizando-a como a apreciação cambial derivado da política econômica, isto é, da liberalização comercial e financeira como ocorreu nos países latino-americanos na década de 1990, sendo ela a causa e não consequência da desindustrialização (LOURENÇO; SILVA, 2014a, p.63).

Em suma: as causas acima relacionadas atingem de forma peculiar cada país, a variar principalmente do estágio de desenvolvimento em que se encontram. O amadurecimento do setor manufatureiro tem grande relevância na determinação do processo de desindustrialização; por este motivo, os países desenvolvidos têm maior tendência a um processo de desindustrialização positiva ou 'natural', ligado a fatores internos como o aumento da produtividade, mudança nos preços relativos e deslocamentos da estrutura da demanda entre manufaturas e serviços, além de fatores externos principalmente relacionados ao comércio internacional. Por outro lado, os países em desenvolvimento estão mais suscetíveis a um declínio precoce da atividade industrial, por fatores relacionados ao frágil processo industrial, como decorrentes de políticas macroeconômicas, do comércio internacional, da divisão do trabalho e/ou mesmo da doença holandesa.

2.3 Principais indicadores de desindustrialização: emprego, valor adicionado, investimento e apreciação cambial

Para determinar um processo de desindustrialização é necessário avaliar, além do desempenho do emprego e da capacidade produtiva, o equilíbrio das contas externas, de forma isolada ou conjunta, para garantia da estabilidade da economia do ponto de vista do comércio internacional. Como discorrido, a variável

⁷ Nas palavras de BUCHHOLZ (2000, p.96) em relação ao núcleo do modelo ricardiano “[...] aceitando os princípios de Malthus relativos à população, Ricardo via que (1) o aumento da população leva a uma maior demanda de alimentos, (2) que leva a expandir a agricultura para terras menos férteis, (3) que leva aos custos mais altos na agricultura, (4) que leva a preços mais altos para os alimentos, (5) que leva a pagar mais aos trabalhadores, (6) que leva a lucros menores para os empresários, (7) que leva a pagamentos mais altos àqueles que possuem as melhores terras” (apud. REIS; SANTIN, 2007, p.67).

emprego tem um papel fundamental no desenvolvimento da economia como um todo, e pode ser diretamente afetada pelo aumento da produtividade do trabalho, que por sua vez sofre grande influência da dinâmica do comércio exterior. Com efeito, a participação da indústria no emprego e no valor adicionado pode se reduzir em função da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. (MORCEIRO, 2012). Assim, a performance do setor manufatureiro, além de estar vinculada a um bom desempenho na economia doméstica, deve satisfazer também as necessidades do comércio internacional.

No setor manufatureiro um aumento da produtividade como função do crescimento da produção pode afetar diretamente os níveis de emprego e a decisão de investimento, podendo ou não influenciar no valor adicionado da indústria no PIB. Tratando-se de uma economia aberta, Singh (1977) alerta para a possibilidade da competição estrangeira afetar negativamente a estrutura da demanda e da produção, uma vez que a indústria doméstica fica suscetível a indústrias tecnicamente mais avançadas e com maior potencial de crescimento e produtividade. Assim, o fato desse setor estar sujeito a economias de escala dinâmicas, permite que um declínio da atividade industrial doméstica possibilite uma redução do potencial de crescimento econômico desse país.

A variação negativa do nível de emprego foi o primeiro fenômeno apontado como indicador de desindustrialização, entretanto, como já demonstrado cabem algumas ressalvas quanto à análise isolada dessa variável.

Uma diminuição da participação do emprego manufatureiro na economia total, principalmente se a economia estiver operando em pleno emprego pode não ser indesejada quando vier acompanhada de aumentos substanciais na produtividade. Contudo, se a redução do emprego representar um impeditivo para o crescimento econômico devido à dificuldade de divisas, então passa a ser objeto de preocupação (MORCEIRO, 2012). As evidências sugerem que a concorrência com importados originários de países em desenvolvimento exercem apenas um efeito marginal na queda da participação do emprego manufatureiro, sendo, em última instância, seu principal impacto o de fomentar a produtividade do setor manufatureiro dos países avançados, gerando maior especialização nos produtos poupadores de mão de obra e intensivos em tecnologia (NASSIF, 2008).

Em relação à taxa de crescimento da produtividade o setor manufatureiro

se destaca quando comparado aos demais agregados econômicos. A produtividade obtida através da razão entre o produto e a quantidade de insumos gastos na produção tende a aumentar quando introduzidos mecanismos de inovação da produção (tecnologias) e aumento do capital por trabalhador, presente principalmente nas economias de escala. Destarte, os ganhos de produtividade podem afetar o nível do produto medido em moeda corrente ao reduzir os custos de produção e conseqüentemente reduzir parcialmente o preço do produto.

Outro indicador de desindustrialização é a evolução da participação do valor adicionado da indústria no PIB. Conforme Garcia e Vasconcellos (2004, p. 147) “[...] valor adicionado (ou valor agregado) é o valor que se adiciona ao produto em cada estágio de produção. Somando o valor adicionado em cada estágio da produção, chegaremos ao produto final da economia”. A trajetória persistente de queda dessa variável representa uma perda de importância relativa na geração de renda do país, desempenhando um papel secundário no crescimento econômico nacional. (TORRES; CAVALIERI, 2015).

A relação, que indica o nível de valor agregado da produção nacional, gerada no país, é a razão entre VTI/VBPI⁸ (valor da Transformação Industrial e Valor Bruto da Produção Industrial, respectivamente), quanto menor o resultado, menor o conteúdo nacional na produção interna (FEIJÓ; CARVALHO, 2007, p. 1). Essa razão é a forma usualmente utilizada para aferir o adensamento das cadeias produtivas – uma questão central no diagnóstico da desindustrialização – e “[...] expressa a capacidade da indústria em agregar valor à produção a partir da distribuição dos diferentes estágios produtivos por elos que compõem a cadeia de produção”. (TORRES; CAVALIERI, 2015, p. 867).

Para Feijó, Carvalho e Almeida (2005, p. 19), essa razão VTI/VBPI pode representar um indicador de desindustrialização, “[...] pois quanto menor for a relação mais próximo o setor está de ser uma indústria “maquiladora” que apenas junta componentes importados praticamente sem gerar valor”.

Apesar da importância dada ao indicador na constatação de um processo de desindustrialização, Torres e Cavaliere (2015) apontam algumas limitações dessa

⁸ Conforme conceito estabelecido pelo IBGE o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) - Compreende a totalidade das transferências realizadas mais as vendas efetuadas pela unidade mais as variações dos estoques de: produtos fabricados pela unidade; produtos em curso de fabricação; e produtos fabricados por outras unidades da mesma. Valor da Transformação Industrial (VTI) - Corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e o Custo com as Operações Industriais (COI).

relação, tanto numa avaliação setorial intertemporal quanto na comparação intersetorial, tal como a razão VTI/VBPI pode ser sensível a oscilações no câmbio, isso porque, por VTI se tratar de uma variável resíduo composta pela diferença entre VBPI e COI (Custo das Operações Industriais), em alguns setores, as valorizações cambiais podem resultar em redução dos COI em função do baixo custo dos insumos importados, sem necessariamente alterar VBPI. Assim, um possível aumento das importações, substituindo a produção doméstica, esse fenômeno poderia caracterizar um processo de desindustrialização, entretanto, a análise da razão VTI/VBPI indicaria exatamente o contrário do que o indicador propõe.

Uma segunda crítica ao indicador está relacionada à incapacidade deste em informar a cadeia de produção mais densa quando comparados os setores industriais, ou seja: “[...] qual indústria apresenta maior parte dos elos produtivos localizados em território nacional” (TORRES; CAVALIERE, 2015, p. 872). Isso porque, quando confrontados os dados a outros indicadores pode haver diferenciações na densidade das cadeias produtivas, além disso, a razão VTI/VBPI não é capaz de informar se os insumos utilizados na produção são provenientes da produção doméstica ou adquiridos no exterior.

Desta forma, a razão VTI/VBPI sozinha pode tornar-se inadequada para avaliar o processo de desindustrialização, já que indústrias com cadeias altamente produtivas podem apresentar um baixo resultado, ou vice-versa, devendo a análise ser combinada a outros indicadores, para evitar conclusões precipitadas.

Recentemente, a História tem mostrado que países emergentes que apresentam uma trajetória positiva de crescimento, são aqueles capazes de aperfeiçoar seus produtos, reduzindo custos e agregando valor, garantindo competitividade no mercado internacional com a produção de bens que incorporam tecnologia e inovação. (MARCONI; ROCHA, 2012, p. 854).

No setor manufatureiro as mudanças de hábitos dos consumidores, oriundas da Lei de Engel, provocam uma alteração da estrutura produtiva e da oferta em atendimento as novas necessidades da estrutura consumidora. Como apontado por Marconi e Rocha (2012), essas mudanças exigem a incorporação de novas tecnologias, que aprimoram o processo produtivo e impulsionam o aumento dos rendimentos de escala crescentes. O resultado é a elevação dos níveis de investimento desse setor, tornando o processo de expansão industrial um circuito autoalimentado e impulsionando à diversificação da estrutura produtiva.

Nos países desenvolvidos os níveis de investimento avançam de forma progressiva, à medida que a economia se diversifica e expande. Países com industrialização tardia requerem uma elevada taxa de investimento para que haja uma equiparação tecnológica em termos de produtividade e qualidade dos produtos.

[...] o nível e a direção do investimento podem ser afetados de três modos diferentes. Primeiro, a posição do comércio exterior e o balanço de pagamentos afeta o nível agregado da demanda, que por sua vez influencia as decisões de investimento. Segundo, a competição estrangeira acarreta uma queda na taxa de lucro doméstica, que influenciará também a decisão de investir. Terceiro, se as economias estrangeiras desfrutam de uma taxa mais rápida de crescimento ou maior lucratividade, isso pode não apenas significar menos investimento estrangeiro no Reino Unido: isso pode também resultar em um desvio do investimento doméstico para o exterior pelas companhias inglesas (assim também imediatamente exacerbando a pressão do balanço de pagamentos). (SINGH, 1977, p. 118-119).

A decisão de investir pode ser diretamente afetada por fatores externos relacionados ao comércio exterior e à posição da indústria doméstica. A competitividade das economias estrangeiras pode desestimular o investimento estrangeiro e doméstico, ampliando a possibilidade de desequilíbrio no balanço de pagamentos.

A redução da taxa de investimento contribui diretamente para um cenário de desindustrialização, por estar atrelado ao desempenho da produção manufatureira, em se tratando de máquinas e equipamentos, afetando também os demais setores da economia.

Outro fator, que pode colaborar para um cenário de desindustrialização, é a excessiva valorização cambial, por afetar o comércio exterior. A taxa de câmbio influencia no grau de competitividade externa ao estabelecer a relação do preço dos bens comercializáveis e não comercializáveis.

Segundo Silva (2014), o câmbio valorizado poderia trazer benefícios à economia se seus resultados fossem aproveitados para formação de poupança ou como forma de investimento, ao invés de atender unicamente ao consumo, nesse caso, os resultados podem ser nocivos à economia. Para o autor é possível manter uma política econômica de desvalorização cambial de modo a aumentar a competitividade da indústria brasileira através de três instrumentos: primeiro, pensando novas maneiras de controlar a inflação, como através do controle do crédito, redução do grau de indexação dos serviços públicos e através de instrumentos fiscais para controlar a inflação de custos; segundo, monitorar melhor a

entrada de capitais especulativos e/ou uma taxa de juros próximo da média mundial; terceiro, rever o imposto sobre as exportações de *commodities*, dependendo de como se comporta a economia externa no dado período.

A sobreapreciação da moeda estimula as importações, em especial de bens intermediários e finais, gerando impacto direto sobre a produção e a composição da estrutura produtiva. Essa sobreapreciação cambial combinada à ausência de barreiras comerciais facilita o aumento do fluxo de importados, comprometendo a competitividade da indústria doméstica.

Uma taxa de câmbio competitiva é fundamental para o desenvolvimento econômico porque ela funciona como uma espécie de interruptor de luz que 'liga' ou 'desliga' as empresas tecnológica e administrativamente competentes à demanda mundial. Uma taxa de câmbio competitiva estimula os investimentos orientados para a exportação e aumenta correspondentemente a poupança interna. Uma taxa de câmbio competitiva é aquela que se situa no 'equilíbrio industrial', ou seja, que corresponde à taxa de câmbio necessária para que empresas que utilizem tecnologia no estado da arte mundial sejam internacionalmente competitivas. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 10).

Na citação acima Bresser-Pereira (2012) deixa claro que uma taxa de câmbio coerente com o mercado é determinante para o equilíbrio do comércio exterior, pois aumenta a competitividade da indústria doméstica, servindo de estímulo para o investimento e impulsionando a formação de poupança interna.

Para Marconi e Rocha (2012) a sobreapreciação cambial pode gerar, no curto prazo, o aumento dos salários reais que, apesar de estimular uma elevação da demanda agregada, pode significar também aumento dos custos de produção, caso não haja aumento da produtividade, impactando na rentabilidade dos empresários, e com isso desestimulando os investimentos. Esse aumento dos custos salariais pode ser compensado de alguma forma com o aumento da participação de importados no processo produtivo visando à redução do custo médio, afetando a produção de bens intermediários a demanda interindustrial os encadeamentos responsáveis pelo transbordamento da demanda para outros setores e a diversificação produtiva, como resultado a manufatura é inferior em relação a outros setores, havendo uma redução de sua participação no valor adicionado (MARCONI; ROCHA, 2012).

Para garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos é fundamental que o nível de exportações seja compatível com a necessidade de importações que o país possui. Para Singh (1977), o bom desempenho do balanço de pagamentos e do

comércio exterior são essenciais para garantir o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico.

Dado os níveis normais de outros componentes do balanço de pagamentos, nós podemos definir um setor manufatureiro eficiente como aquele no qual (correntemente e potencialmente) não somente satisfaz a demanda de consumo doméstica, mas também é capaz de vender de modo suficiente seus produtos no exterior para pagar as necessidades de importações da nação. Isso é, no entanto, sujeito a uma restrição importante que um setor manufatureiro 'eficiente' deve ser capaz de alcançar esses objetivos em níveis socialmente aceitáveis de produção, emprego e taxa de câmbio. (SINGH, 1977, p. 128).

A estabilidade do setor manufatureiro está atrelada a sua capacidade de satisfazer a demanda doméstica e externa de modo a superar a necessidade de importações, paralelamente, garantindo uma boa produtividade, taxa de câmbio coerente e boas condições de produção e emprego. Além do nível de investimento, o comércio exterior e o resultado do balanço de pagamentos podem afetar o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico através do nível da demanda e da estrutura da demanda. O nível global da demanda doméstica pode ser afetado diretamente pela competição estrangeira e pelo aumento das importações via efeitos multiplicadores e pelos encadeamentos para trás e para frente; além disso, uma queda na habilidade exportadora retrata uma redução da produção, sendo os efeitos multiplicadores e de encadeamentos menores que o potencial, implicando um mercado externo de difícil retomada. (SINGH, 1977 apud MORCEIRO, 2012, p.53).

É possível verificar que há vários fatores capazes de afetar a dinâmica industrial, ou de origem doméstica ou externa; por outro lado, um setor industrial fragilizado pode comprometer o potencial de crescimento da economia de modo geral.

3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM DEBATE: argumentos fundamentais

O processo de desaceleração industrial em alguns países, caracterizado como desindustrialização por determinados autores, reúne uma série de argumentos e interpretações distintas. Por um lado autores adeptos do novo desenvolvimentismo defendem que países como o Brasil, passaram e/ou estão passando pelo processo de desindustrialização pelos últimos 40 anos desencadeado por medidas de cunho neoliberal, como a reforma econômica, o processo de abertura comercial e financeira, as políticas macroeconômicas adotadas, entre outros. Por outro lado, os autores ortodoxos refutam a tese da desindustrialização e acreditam que as reformas econômicas, a sobrevalorização cambial é benéfica para economia, e que a concorrência externa é necessária para alavancar o mercado doméstico.

Para as diversas correntes do pensamento heterodoxo, especificamente para a abordagem kaldoriana, uma unidade de valor adicionado da indústria tem um impacto mais expressivo sobre o crescimento econômico, superior aos demais setores. Esse pensamento não é compartilhado pelos defensores do modelo neoclássico de crescimento econômico, em especial o modelo de Solow, os quais defendem que os fatores vinculados à oferta não elegem um setor específico como o mais significativo: ou seja, uma unidade de valor adicionado de qualquer setor obtém o mesmo impacto sobre o crescimento econômico de longo prazo, independente da composição setorial. Nessa perspectiva ortodoxa, um processo de desindustrialização não seria algo nocivo, pois não constituiria uma restrição ao crescimento econômico de longo prazo das nações. (WASQUES, 2011).

O debate compreende a investigação das principais variáveis econômicas sobre o resultado da atividade industrial, incluindo os efeitos das Políticas macroeconômicas adotadas. No Brasil, embora evidenciada uma redução crescente da participação da indústria nos últimos anos, não há conclusões distintas quanto ao efeito desses resultados no longo prazo, e, principalmente, quanto à origem e veracidade do fenômeno da desindustrialização. As seções seguintes apresentarão algumas teorias relacionadas ao processo de desindustrialização e as refutações de alguns autores.

3.1 A tese das restrições da política macroeconômica

Em meados de 1930 a 1970 na América Latina foi marcado por elevadas taxas de crescimento e forte processo de Industrialização em alguns países, resultado de políticas industrializantes, desenvolvimentistas e nacionalistas surgidas em meio a um cenário de crise das oligarquias agrário-exportadoras, dependentes associadas aos países ricos.

A partir de 1980, o cenário se modificava em função da grande crise da dívida externa causada pela política de crescimento com poupança externa que atingiu diversos países, tornando-os vulneráveis às propostas conservadoras de reforma institucional e de políticas econômicas através do Consenso de Washington, instituídas pela ortodoxia convencional dominante desde a década de 1990, e que não perdurou por muito tempo sem maus resultados (BRESSER; GALA, 2010). Esse período, entre metade da década de 1980 e meados dos anos 1990, foi marcado por “[...] altas taxas de inflação, crises externas e mudanças na política econômica como abertura comercial e financeira” (MORCEIRO, 2012, p. 292).

As políticas econômicas liberais recomendadas a partir do Consenso de Washington contribuíram consideravelmente para a apreciação do câmbio e enfraquecimento da indústria doméstica de diversos países, através de medidas de controle do gasto público, privatizações, liberalização do comércio e adoção de taxas elevadas de juros para controlar a inflação. No caso da liberalização do comércio, países com certo grau de maturidade da indústria chegam até a se beneficiar com essa medida, entretanto, em países onde o setor industrial ainda encontra-se em fase de estruturação é provável que essa medida destrua as indústrias existentes. A redução do investimento público para manutenção da disciplina fiscal também foi uma medida considerada mal sucedida, uma vez que o investimento privado foi direcionado para ativos de menor risco, penalizando o setor industrial (MORCEIRO, 2012).

Para Ricupero (2005 apud MORCEIRO, 2012, p.42-43) “[...] um dos principais impactos das políticas de cunho liberal, adotadas nos PEDs (países em desenvolvimento) sobre a progressão industrial, foi o desmonte de mecanismos para uma política industrial de envergadura, pela imposição” que limitou o desenvolvimento das manufaturas no mercado doméstico, bem como “[...] a

assinatura de acordos comerciais e de investimentos respeitando a propriedade intelectual” e a “[...] proibição de conteúdo local ou índice de nacionalização na manufatura”.

A ortodoxia apoia a neutralidade do governo, para que nenhum setor seja beneficiado através de políticas que protejam, sustentem ou ampliem esses setores. Os autores adeptos dessa corrente de pensamento consideram o mercado como determinante para o crescimento e responsável por definir o setor mais dinâmico. Além disso, possuem uma orientação excessiva para o lado da oferta, pois acreditam que Políticas com orientação excessiva para demanda elevam o custo da produção quando não vem acompanhada de aumento da produtividade no caso da indústria de transformação, por afetar o custo da mão de obra.

Em contrapartida à neutralidade defendida pelos autores ortodoxos, os heterodoxos - em especial os novo-desenvolvimentistas - por sua vez apontam o setor industrial como o motor da economia, apoiando assim a intervenção do governo por meio de políticas setoriais que favoreçam o desenvolvimento dos setores com rendimentos crescentes de escala (SILVA, 2014). Para esses autores de cunho heterodoxos, em um cenário de desindustrialização, a intervenção do governo torna-se necessária, influenciando na tomada de decisões sempre que necessário para proteger a economia doméstica; caso contrário, considera-se a passividade política uma forma de conivência com o processo de desindustrialização (conceito ignorado por grande parte dos ortodoxos).

Como pontuado por Bresser-Pereira e Gala (2010), embora muito divergentes, tanto a política ortodoxa convencional quanto a novo desenvolvimentista têm como pressuposto a necessidade de estabilidade macroeconômica, porém, a primeira restringe o conceito de estabilidade ao controle da despesa pública e da inflação, enquanto os novo-desenvolvimentistas ampliam o conceito de estabilidade ao incluir a estabilidade de preços, equilíbrio do balanço de pagamentos e razoável pleno emprego.

Os autores heterodoxos acreditam que a relação entre a política de controle da inflação e a desindustrialização pode acontecer tanto via valorização da taxa de câmbio como via aumento da taxa de juros, reduzindo o estímulo a novos investimentos e penalizando a indústria nacional (SILVA, 2014; MORCEIRO, 2012). Essa valorização cambial, segundo Bresser-Pereira (2012), pode ser fruto da falta de políticas macroeconômicas capazes de conter a inflação, o que afeta diretamente

a competitividade da indústria nacional em relação aos produtos importados e empresas estrangeiras.

Essa combinação de juros elevado e câmbio valorizado constitui um risco a indústria doméstica, pois ao afetar a demanda agregada, promove indiretamente o aumento no nível de importações. Os juros nominais e reais elevados coíbem os níveis de investimento produtivo que, por sua vez, “[...] apresenta importante efeito multiplicador de renda e emprego sobre a economia”, inibem o gasto público corrente e de capital - também geradores de emprego e renda - por encarecerem a dívida pública, além disso, “[...] atraem capital especulativo, valorizando a moeda doméstica e prejudicando as exportações” colaborando para apreciação cambial. (FEIJÓ; CARVALHO, 2007, p. 5).

Na hipótese apresentada por Bresser-Pereira e Gala (2007) a taxa de juros elevada gera uma atração de poupança externa para o país, o que leva a valorização cambial, que por sua vez geram elevação do poder de compra dos assalariados e do consumo, reduzindo a poupança interna. A taxa de investimento por sua vez, não se modifica de forma significativa ao aumento do consumo por conta dos juros elevados, o que resulta em uma substituição de poupança interna por externa e dado a estagnação dos investimentos, há um aumento do endividamento externo e como resultado uma possível crise no balanço de pagamentos.

No início dos anos 2000, a tendência à apreciação cambial resultante da política de juros elevados é reforçada pela valorização internacional do preço das *commodities*, estimulando o mercado destas desestimulando a exportação de outros produtos, que acabam por perder competitividade.

Embora a sobrevalorização cambial favoreça a importação de máquinas e equipamentos, a produção doméstica fica comprometida e o investimento privado não é impulsionado em função do ambiente de política econômica desfavorável ao crescimento. (FEIJÓ; CARVALHO, 2007).

Segundo Marconi e Rocha (2012), a discussão sobre o papel da taxa de câmbio na definição da participação da manufatura no valor adicionado está fortemente relacionada à análise das possibilidades de crescimento via adoção de modelos do tipo *wage-led* (transforma-se em *export-led*, em uma economia aberta) e *profit-led*.

Nos últimos 15 anos o cenário da economia brasileira de elevação dos salários e valorização cambial é compatível com uma estratégia *wage-led* de crescimento, ou seja: “[...] fortemente baseada na expansão do consumo de massa, decorrente do aumento dos salários reais”, sendo bem sucedida em um cenário onde o “[...] investimento é menos sensível a mudanças na margem de lucro e responderia de forma significativa à expansão do consumo interno” (MARCONI; ROCHA, 2012, p. 18-19).

Ainda segundo os autores, quando utiliza-se um modelo de estratégia *do tipo wage-led* em uma economia aberta, há possibilidade de haver restrições no balanço de pagamentos e no crescimento econômico, caso o nível de exportações não acompanhe o nível de importações, isso por que, quando se trata de uma economia aberta, a competitividade dos exportadores pode ser afetada tanto pela elevação dos salários reais como resultado de políticas de determinação de aumentos dos salários nominais como pela valorização da taxa real de câmbio.

No período de 1999 a 2004 o crescimento da economia brasileira é mais compatível com o modelo *profit-led* que “[...] implica uma forte elasticidade do investimento em relação às margens de lucro”. Este em economias abertas podem sofrer variação positiva em função da desvalorização cambial que eleva a receita e reduz os custos salariais em moeda estrangeira (MARCONI; ROCHA, 2012, p. 19). Nesse caso, o investimento “[...] seria altamente sensível aos efeitos da desvalorização cambial sobre as exportações e aumento dos custos de importações”. (MARCONI; ROCHA, 2012, p. 19).

Assim, os adeptos do novo-desenvolvimentismo apoiam a volta de políticas desenvolvimentistas, baseadas nos juros baixos, câmbio desvalorizado, ampliação do investimento público em infraestrutura, controle de entrada e saída de capitais, além de uma carga tributária compatível com o cenário de desenvolvimento do país, como forma de tentar reverter o processo de desindustrialização em curso. (MORCEIRO, 2012).

Em oposição aos novos-desenvolvimentistas, os economistas ortodoxos pautados no período posterior a mudança cambial, não acreditam na continuidade do processo de desindustrialização da economia brasileira, alegando que não há fatos comprobatórios, defendendo a tese de que o tripé macroeconômico implementados pós 1999 (de inflação-superávit primário-câmbio flutuante) teria

impulsionado a indústria e afastado a ideia de desindustrialização (NASSIF, 2008). Esses autores consideram a desaceleração da indústria oriunda das políticas de expansão da demanda, que ao reduzirem a taxa de desemprego tornam o custo da força de trabalho elevado, reduzindo a competitividade da indústria nacional. (SILVA, 2014).

Considera-se a combinação dos argumentos expostos pelos autores ortodoxos, bem como o aumento do salário real, a redução da taxa de desemprego, e a queda da produtividade do trabalho na indústria que colaboraram para o aumento do custo dos manufaturados e, conseqüentemente, a perda de competitividade externa. A conclusão desses autores é de que o problema brasileiro é microeconômico e fruto de “[...] um modelo macro baseado no aumento do gasto público, na carga tributária crescente e na dependência da poupança externa para financiar o aumento do investimento” (ALMEIDA, 2012, p.56; SILVA; LOURENÇO, 2014b).

O problema da indústria vai além do câmbio apreciado e custo elevado. Estes camuflam os problemas estruturais da economia brasileira, que passeiam pela falta de infraestrutura adequada, qualificação, dificuldade de inovação, educação precária, elevada carga tributária e juros elevados. A resolução desses problemas, gera reflexos duradouros sobre a indústria e a economia, tornando o país mais competitivo e desenvolvido com elevação da renda *per capita*. (SILVA, 2014).

De modo geral, não existe um manual que determine a política ideal para o país, mas é necessário um estudo do perfil das importações, do mercado doméstico e de políticas macroeconômicas de incentivo ao desenvolvimento industrial, para estimular o crescimento desse setor. Independentemente do setor de destaque na atividade econômica do país, uma política econômica eficiente deve garantir o equilíbrio das principais variáveis econômicas, sendo necessário que as políticas industriais e macroeconômica andem de mãos dadas para viabilizar o desenvolvimento da indústria e/ou reverter um quadro de desindustrialização, caso contrário a política industrial fica neutralizada.

3.2 A tese da doença holandesa

Além das mudanças na política macroeconômica, a migração de etapas da cadeia produtiva para países com menor custo de produção, mudanças

tecnológicas no processo produtivo e a ocorrência de doença holandesa são alguns dos motivos prováveis apontados por Palma (2005) para o processo de desindustrialização precoce em diversos países, em destaque países da América Latina.

Palma (2005) considera a variação no grau de industrialização dos países uma consequência da diferença nos recursos e na política de crescimento de cada país destes, refletindo nos padrões de comércio internacional e na política interna. Na visão heterodoxa, sobretudo quanto aos novo-desenvolvimentistas, o cenário de desaceleração da indústria brasileira pode ser caracterizado como desindustrialização precoce, oriundo de doença holandesa proveniente de política econômica e do rápido crescimento das exportações de *commodities* que sobrevalorizaram o câmbio.

De acordo com Palma (2005), a doença holandesa é resultado de mudanças no regime de política econômica e do processo de liberalização comercial e financeira oriundo de um processo radical de mudança institucional, e não necessariamente da descoberta de recursos naturais e do setor de exportações. Ainda segundo Palma (2005) as reformas econômicas que ocorreram em diversos países industrializados da Europa e até países latino-americanos, embora semelhantes em alguns pontos, tiveram reflexos distintos. No primeiro caso as políticas macroeconômicas refletiram de forma positiva nas relações industriais, no bem estar social e etc., no segundo caso, dos países latino-americanos, o baixo reflexo na renda *per capita* impactou na eficácia dessas políticas que obstruíram a transição para uma industrialização mais madura, ou seja, autossustentável no sentido kaldoriano.

Essa análise de Palma (2005) especificamente avalia o encolhimento do setor industrial (em termos de emprego) relativo ao resto da economia no contexto de um processo de mudança estrutural ocasionado por “forças exógenas”, isto é, resultado de mudanças na política econômica em países de renda média e a descoberta de recursos naturais, por exemplo.

No caso brasileiro as conclusões de Palma (2005 apud NASSIF, 2008, p.73) são direcionadas para existência de uma “nova doença holandesa” devido à redução da taxa de câmbio real que modifica o padrão de especialização internacional, com a pauta de exportações majoritariamente formadas de produtos primários e industrializados intensivos em recursos naturais, como resultado da

combinação de medidas liberalizantes e políticas macroeconômicas.

Os autores Bresser-Pereira e Marconi (2008) também verificam um aumento na participação de *commodities* e uma redução na participação de manufaturados no saldo da balança comercial no período de 1992 a 2007. Nesse momento, a indústria teve perda relativa de importância na economia, sendo a desindustrialização oriunda possivelmente desse processo de doença holandesa.

Um país que tem recursos naturais abundantes e baratos terá doença holandesa, e só se industrializará, como o Brasil se industrializou, se sua política econômica neutralizar os efeitos negativos da mesma. Foi o que fizemos até 1992. Entre 1990 e 1992 houve uma forte apreciação da moeda local não em termos nominais, mas em termos efetivos, porque foram retirados os impostos de importação e os subsídios que neutralizavam a doença holandesa. Começou então o processo de desindustrialização. Por outro lado, também ensina a teoria que, quando os preços das *commodities* que dão origem à doença holandesa aumentam, ocorre um agravamento da doença. Foi o que ocorreu a partir de 2002. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.16-17).

Para estes, há o exemplo do agravamento da doença holandesa no Brasil, a partir de 2002, em função da elevação do preço das *commodities* e da ausência de políticas capazes de neutralizar seus efeitos negativos. Para muitos autores heterodoxos uma taxa de câmbio menor permite uma maior taxa de crescimento dos países em desenvolvimento.

Os países ricos em recursos naturais e com alto potencial exportador têm maior liberdade para ampliar as políticas industriais e comerciais, sendo capazes de fortalecer o setor e evitar doença holandesa. Entretanto, o avanço da Globalização inibe cada vez mais ações que promovam o avanço da capacidade industrial, isso por que essa liberdade é restringida pela ordem institucional internacional e em função do papel da ideologia na formação de políticas econômicas, e pelo desenvolvimento de uma nova estrutura de direitos de propriedade capaz de gerar fluxos de renda alternativos (PALMA, 2005).

Para Bresser-Pereira (2010, p.71), se a taxa de câmbio for deixada totalmente livre, o que acontece nos países em desenvolvimento, é que ela está sujeita a uma tendência cíclica à sobreapreciação, não controlada pelo mercado, mas pela crise de balanço de pagamentos. Essa crise do balanço de pagamentos resulta em uma violenta depreciação da moeda que sobe acima do equilíbrio

industrial, atravessa a linha do equilíbrio corrente⁹ e entra em déficit em conta corrente, sua dívida externa aumenta, reduzindo o nível de confiança dos credores, impulsionando uma nova crise.

A manutenção do cenário de crise e a apreciação cambial se devem a alguns motivos estruturais. Entre eles: a doença holandesa, que puxa a taxa de câmbio do equilíbrio industrial para o equilíbrio corrente; a atração do capital externa fruto da taxa de lucro e de juros mais elevadas; e, em função da política de crescimento alimentada por poupança externa, que serve como uma espécie de complemento para poupança interna do país. (BRESSER-PEREIRA, 2010).

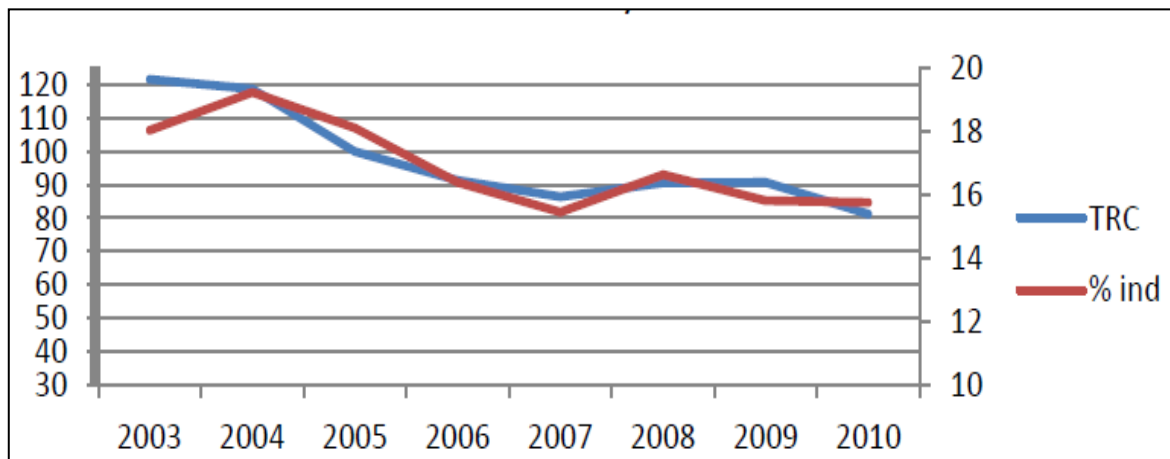
Para Nassif (2008) houve uma mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia brasileira na direção de atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico. É fundamental a manutenção de uma taxa de câmbio coerente com o mercado externo, capaz de estimular a taxa de investimento, tornar o mercado mais competitivo e alcançar o nível de equilíbrio industrial. A supervalorização do câmbio relacionada a valorização de um grupo pequeno de mercadorias, compromete a exportação de bens industriais, gerando um descompasso da economia (FEIJÓ; CARVALHO, 2007).

Por outro lado, como visto anteriormente, a visão ortodoxa em oposição a novo-desenvolvimentista não enxerga a apreciação cambial como uma “maldição” para o país visto que “[...] decorreu de fortes ganhos nos termos de troca devido ao crescimento do preço médio das exportações e à queda do preço médio dos produtos importados (manufaturas)”, essa redução no preço dos importados viabiliza a modernização da indústria doméstica (ALMEIDA, 2012, p. 56). Nesse ponto de vista, os efeitos positivos gerados sobre a economia são anulados, quando servem de incentivo apenas para o consumo no curto prazo, mantendo a relação de dependência do país com o resto do mundo, devido à necessidade de poupança externa. A dependência de poupança externa, nesse caso, assim como para os heterodoxos, é vista como algo nocivo para a economia (ALMEIDA, 2012).

⁹ Em um país afetado por doença holandesa, a produtividade da indústria deve ser muito superior à de suas concorrentes – considerando todos os demais fatores em paridade – em grau maior ou igual ao da valorização causada pela doença holandesa. Esse fato enseja a conclusão de que, além da taxa de câmbio vigente no mercado, há outras duas taxas de câmbio de equilíbrio: a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que equilibra intertemporalmente a conta corrente de um país e é, portanto, a taxa em torno da qual a taxa de câmbio nominal deverá flutuar; e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é a taxa que viabilizaria a produção no país de outros bens comercializáveis distintos dos que dão origem à doença holandesa. Essa seria a verdadeira taxa de câmbio de equilíbrio. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008).

Para Almeida (2012, p. 52/55), “[...] o Brasil foi beneficiado pelo padrão favorável de comércio exterior” a partir dos anos 2000, caracterizado pelo aumento do preço das *commodities* e das exportações. Nesse caso, a apreciação cambial corresponde a um ganho de renda real para os trabalhadores, uma vez que impulsiona o aumento dos salários, não caracterizando algo negativo. O boom das *commodities* foi o principal responsável pelo crescimento da economia brasileira dos anos subsequentes, não havendo garantia nenhuma de que a maior participação da indústria de transformação traria resultados favoráveis para economia.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa Real Efetiva de Câmbio e da participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro (2003-2010).



Fonte: Oreiro e Marconi (2014).

O gráfico apresentado por Oreiro e Marconi (2014), o qual compara a taxa real efetiva de câmbio e a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, no período de 2003 a 2010, demonstra que a apreciação da taxa real de câmbio veio acompanhada de uma forte queda da participação da indústria no PIB. Além disso, ao comparar essa trajetória de valorização da taxa real de câmbio brasileira com a de outros cinco países latino-americanos – entre eles Chile, Argentina, Colômbia, Peru e Uruguai – constatam que o caso brasileiro supera a de todos os demais países, ou seja; confirma a distinção do caso brasileiro.

Segundo Oreiro (2012), apesar da desvalorização da taxa real de câmbio produzir uma redução do salário real, conforme verificam os autores ortodoxos, essa redução pode ser apenas de caráter temporário, isso por que, quando bem sucedida, a desaceleração cambial será capaz de a médio e longo prazo restaurar a dinâmica da economia, acelerando o crescimento do produto e da produtividade do

trabalho. No mais, quando alcançado o ponto de Lewis¹⁰, há um crescimento mais rápido dos salários reais, permitindo que, em um menor intervalo de tempo, os trabalhadores mais que compensem seus salários.

Em oposição á ideia de desindustrialização desencadeada por uma valorização cambial, Schwartzman (2009) acredita que essa teoria não tem embasamento suficiente para se sustentar. Para esse autor, os dados revelam um aumento do crescimento da produção industrial e do PIB até setembro de 2008 sendo registrado um crescimento médio em 4 anos de até 4,5 % a.a, sendo muito superior ao registrado em momentos anteriores. Nesse período, o crescimento foi liderado pelos setores de maior intensidade exportadora "fenômeno difícil de conciliar com a afirmação acerca da influência negativa do câmbio sobre a atividade industrial".

O autor aponta dois motivos que sugerem que o melhor desempenho desses setores não foi resultante da maior demanda global por *commodities*, a saber: primeiramente, o peso de *commodities* nos setores mais e menos expostos à exportação é muito semelhante, além do predomínio registrado nos últimos anos de segmentos não produtores de *commodities* entre os que mais cresceram. Segundo, observa-se um aumento substancial da produção de bens de capital para uso industrial, indicando variação positiva no nível de investimento deste setor (SCHWARTSMAN, 2009). Ademais, o autor assegura que houve modernização e ampliação das instalações dos industriais, o que diverge de um cenário de desindustrialização e da previsão de alguns autores.

Ainda na opinião de Schwartzman (2009), se realmente houve uma redução da participação de manufaturados na pauta exportadora, essa redução não refletiu em queda na exportação de manufaturados, já que estes cresceram além do

¹⁰ Arthur Lewis (1954) identificou que nos setores mais atrasados (geralmente de subsistência e de serviços) há uma oferta ilimitada de mão de obra que pode ser alocada no mais moderno, que é maior quanto mais pobre for o país. A produtividade dos setores mais atrasados é inferior à dos setores modernos; por outro lado, a disponibilidade da mão de obra é maior e requer menor qualificação, o que resulta em salários mais baixos. A princípio o investimento se dá nos setores primários onde há uma disponibilidade de recursos naturais em abundância e baratos. Através da produção de *commodities* que se beneficiam de rendas ricardianas o país realiza sua acumulação de capital primitiva – que antecede a fase de desenvolvimento econômico com base no investimento realizado pelo capital industrial. Com o passar dos tempos, o Estado consegue estruturar-se e construir a base necessária para iniciar um processo de industrialização. Na sequência a fase de substituição de importações deve ser superada e o problema de insuficiência de demanda resolvido. Assim, o chamado ponto de Lewis é "o ponto em que se esgota a oferta ilimitada de mão de obra e o crescimento insuficiente da demanda interna devido à tendência dos salários crescerem menos que a produtividade deixa de ser um obstáculo ao desenvolvimento" (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010).

comércio internacional nos anos que antecederam a crise de 2008, com grande expansão excepcional dos produtos primários, impulsionados pelo aumento extraordinário dos preços internacionais de *commodities*. Assim, a conclusão a que chega o autor é a de que a desindustrialização simplesmente não sobrevive ao confronto com os dados e que não há correspondência das teses apresentadas pelos novos-desenvolvimentistas e os fatos, não admitindo, portanto, a existência de doença holandesa, ou desindustrialização.

Para Nassif (2008, p. 93) não é possível alegar a existência de doença holandesa já que não houve um retorno expressivo ao padrão de especialização baseada em produtos primários e nem “[...] realocação generalizada de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais”.

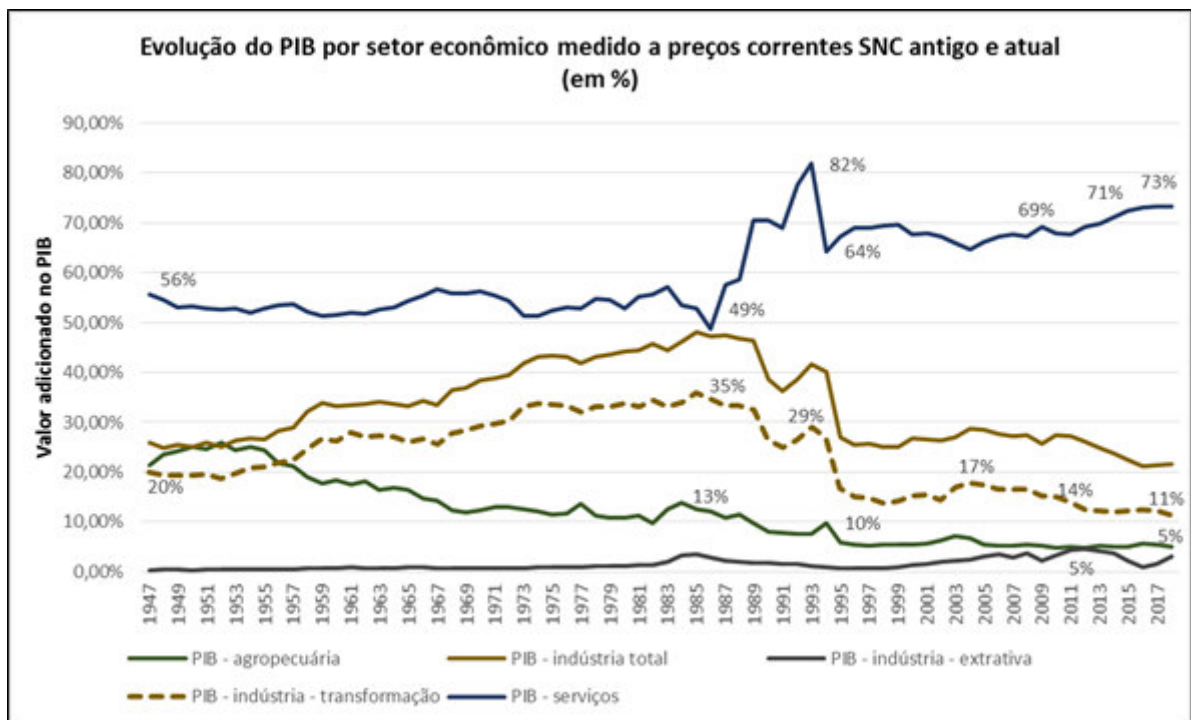
No mais, para grande parte dos ortodoxos, o Brasil passa por um processo natural de desenvolvimento puxado pelos produtos de maior abundância no país, tal como produtos primários e demais recursos naturais, argumentando que é a produção desses bens que tem se destacado e não necessariamente a indústria esteja diminuindo. Para esses autores, ainda que aceita a tese da desindustrialização e sua irreversibilidade, o potencial de crescimento da economia não seria penalizado, uma vez que a indústria não se difere dos demais setores, não sendo fundamental para o aumento da renda *per capita* em médio e longo prazo (SILVA; LOURENÇO, 2014b, p.67-68).

3.3 A tese da convergência internacional

Uma teoria defendida pela corrente ortodoxa para justificar a desaceleração industrial recente é a de convergência natural da indústria nacional à média mundial. Sendo assim, em vez de uma redução na participação da indústria, ela estaria voltando aos níveis normais, uma vez que se encontrava sobre industrializada. Para Silva e Lourenço (2014b), a exposição à concorrência externa pode influenciar na perda de participação da indústria no PIB. O diferencial de produtividade é capaz de eliminar empresas menos competitivas do mercado e fortalecer empresas mais eficientes, promovendo uma reestruturação produtiva, tornando a economia mais especializada na produção de bens, e mais capacitada para se inserir no mercado internacional.

O ano de 1986, apontado por Lourenço e Silva (2014b) como o *turning point* da fase de industrialização brasileira, quando, após um longo período de ascensão proporcionado pela política de substituição de importações, é considerado o marco inicial para uma trajetória de queda, mesmo considerando-se a indústria como um todo. Assim, aceitando a existência da desindustrialização, o caso brasileiro se confirmaria como um caso precoce, considerando-se que o PIB *per capita* brasileiro era bem inferior aos demais países desenvolvidos ou em desenvolvimento de renda elevada quando comparado no momento dos seus respectivos *turning points*.

Gráfico 2 - Evolução do PIB por setor econômico medido a preços correntes SNC antigo e atual (%)



Fonte: Ipeadata (2019). Elaboração própria.

Além dos efeitos da crise da dívida o *turning point*, nesse período se deu “[...] tanto pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, como pelo início do processo de abertura comercial e financeira cujos efeitos foram ampliados na década seguinte” (SILVA; LOURENÇO, 2014b, p. 59). No mesmo ano de 1986 o setor de serviços registra sua menor participação, iniciando uma trajetória ascendente contrária à do setor industrial.

Ao avaliar essa perda de participação da indústria a preços constantes tomando um ano específico como base, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) concluem

que essa da participação industrial na verdade ocorreu década de 1970, ou seja; antes da abertura comercial e financeira da economia brasileira, ao contrário do que muitos heterodoxos apontaram. Os autores verificam uma tendência mundial, porém, não uniforme dessa desaceleração da indústria, com exceção da região asiática, que, em razão da participação exclusiva da China, sustenta resultados positivos na indústria. Para eles, trata-se de uma convergência natural a média mundial, considerando-se que o Brasil, nos anos 70, encontrava-se sobreindustrializado.

Os exercícios econométricos confirmam a existência de uma indústria com peso muito acima do normal de meados dos anos 1970 até segunda metade dos anos 1980. A partir daí, ela converge para o padrão normal, situando-se ligeiramente abaixo dele desde meados dos anos 1990, mas dentro de margens de confiança robustas. A convergência ocorreu no período de 1988-1993. Depois dele o Brasil teria passado a padecer de uma espécie de doença holandesa – embora, dada a proximidade do limite inferior do intervalo de confiança, de uma forma muito moderada. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 34)

O Brasil, em dado período, apontou a existência da chamada doença soviética – entendida quando uma indústria está muito acima do nível internacional, considerando sua dotação de fatores e seu tamanho – possuindo assim um PIB industrial maior que a média internacional. Então, em dado período, à medida que os fatores tornam-se escassos, “[...] a estrutura produtiva tende a direcionar-se para bens nos quais o país possui vantagens comparativas, reduzindo a participação da indústria no PIB para o padrão internacional” (BRESSER; PESSÔA, 2010 apud. SILVA; LOURENÇO, 2014b, p. 37). Essa análise sugere que não há relação direta entre a política macroeconômica e a perda de participação da indústria.

O Brasil, e muitos outros países, com exceção da China, foram penalizados com mais uma crise no período recente. Em 2008 a crise financeira manteve a produção física da indústria de transformação praticamente estagnada. Esse período, em que houve um excesso de oferta de produtos manufaturados em busca de mercados com a demanda em crescimento, que é o caso do Brasil, tem uma tendência ao aumento das importações de bens manufaturados e a substituição da parte da produção doméstica por produtos importados (ALMEIDA, 2012). Para reduzir os efeitos da concorrência externa, apenas a injeção de mão de obra não surte o efeito desejado sobre a produtividade, considerando grande viabilidade dos produtos importados. Além disso, a ausência de inovação no setor industrial pode

estar colaborando a estagnação e até recuo da produtividade.

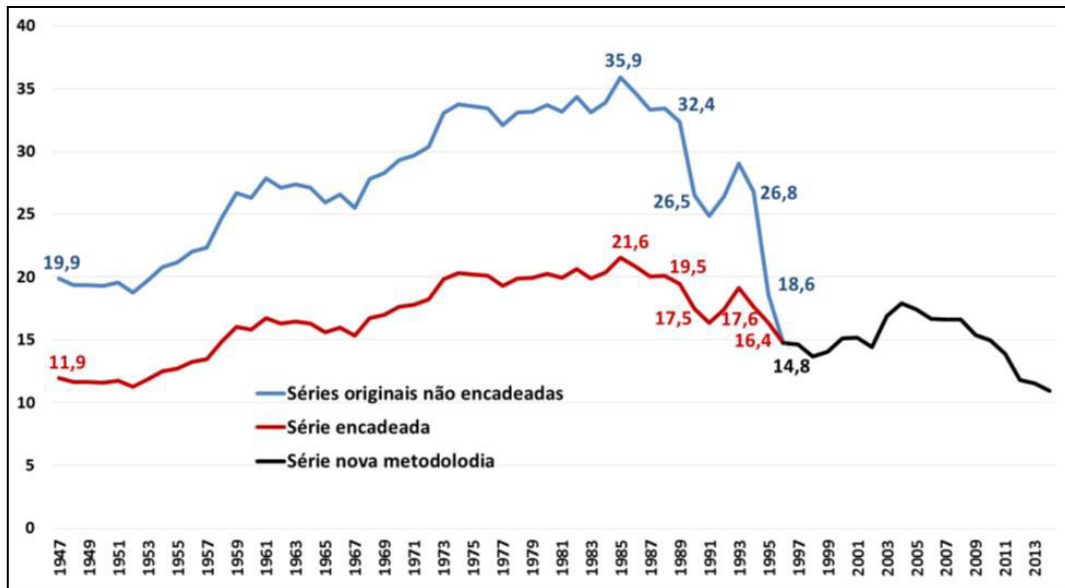
A China seguiu em sentido contrário a maioria dos países, isso por que, enquanto a maioria sofria com a perda de importância do setor industrial frente a outros setores, as economias asiáticas alavancaram suas indústrias, principalmente com a contribuição do baixo custo de mão de obra. Mesmo em locais com forte influência comercial do Brasil, a China apresentou grande evolução na exportação de manufaturados, em especial após a crise, com ampliação do mercado asiático e retração no caso brasileiro (DEPECON, 2015).

3.4 Algumas teses alternativas

Outras teorias compõem as justificativas quanto à redução da participação industrial no PIB, entre elas, a avaliação do Sistema de Contas Nacionais e a mudança na metodologia, e os impactos das variações nos níveis de investimento na participação da manufatura brasileira.

Em alguns períodos específicos a queda acentuada da indústria de transformação se deve às mudanças metodológicas no Sistema de Contas Nacionais (SNC) que, além de proporcionar modificações no ano base, gerou transformações como a incorporação de uma nova classificação de produtos e atividades compatível com a CNAE, o uso de dados das pesquisas setoriais realizadas pelo IBGE e de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002. Essas modificações tornam a série a partir de 1995 incompatível com as séries da primeira metade dos anos 1990 (TORRES; CAVALIERE, 2015). Ao constatarem essa discrepância nos valores encontrados na série histórica desde 1947 do SNC Bonelli, Pessoa e Matos (2013) utilizam as variações percentuais dos valores nominais do antigo sistema e aplicaram taxas retroativas a 1995, obtendo assim o resultado conforme ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) – séries originais e corrigida 1947 -2013



Fonte: IBGE. Elaboração: Depecon-FIESP segundo método Bonelli e Pessoa (2010).

Observando-se as séries originais e tomando-se como base o período agravado pelas mudanças metodológicas, entre 1989-1990 e 1994-1995, observa-se uma descontinuidade significativa nos resultados apresentados, uma queda substancial em 1989 de 32,4% para 26,5% em 1990, cerca de seis pontos percentuais, e ainda de 26,8% em 1994 para 18,6% em 1995, cerca de oito pontos percentuais (TORRES; CAVALIERE, 2015, p. 866). Essa redução acentuada na participação da indústria de transformação representa na verdade um sinal de alerta para a margem de segurança do indicador, que nesse caso, torna-se inadequado para qualquer conclusão a respeito da desindustrialização.

Após corrigidos os valores da série histórica, foi possível observar uma tendência de queda significativamente inferior a apresentada anteriormente, o *turning point* no ano de 1986 passaria de 35,9% para 21,6%, uma adequação de aproximadamente quatorze pontos percentuais a menos.

Entretanto, no que diz respeito a esse argumento, de que a indústria é um setor como qualquer outro, Oreiro e Marconi (2014) refutam essa teoria ao avaliarem a relação valor adicionado/ emprego (medida de produtividade), verificando o que o valor dessa relação para a indústria de transformação é aproximadamente três vezes maior que a prevalente na produção de *commodities* agrícolas e extrativa, ou seja: em países que apresentam cenário de doença holandesa onde há uma realocação de recursos da indústria e transformação para atividades primárias,

deverá haver uma redução da produtividade média do trabalho na economia como um todo e, portanto, uma redução nos níveis de renda *per capita* (OREIRO; MARCONI, 2014, p. 35-36). Assim, o impacto causado pelo desempenho insatisfatório da indústria de transformação pode afetar a economia como um todo.

Em paralelo aos argumentos defendidos pela maioria dos heterodoxos, Serrano e Summa (2012 apud SILVA; LOURENÇO, 2014b) apontam a forte redução da taxa de crescimento dos investimentos privado e estatal como principal responsável por essa desaceleração da produção industrial, embora apontem uma possível participação do câmbio nesse fenômeno. A valorização cambial configura um problema no longo prazo ao viabilizar o aumento expressivo das importações, enserjando a queda do conteúdo doméstico da produção industrial no Brasil e gerando um descompasso no saldo da balança comercial. Para esses autores, se a demanda demonstrar “[...] sinais de crescimento sustentado, o investimento privado em máquinas e equipamentos tende a apresentar crescimento relativamente maior do que a demanda e vice-versa”. (SERRANO; SUMMA, apud SILVA; LOURENÇO, 2014b, p.70).

Apesar da tese apresentada por Serrano e Summa (2012 apud SILVA; LOURENÇO, 2014, p.71) ter certa consistência, há alguns equívocos. Primeiramente o aumento da produção industrial ocorreu com grande participação dos produtos importados, assim, se o efeito do câmbio for menor do que normalmente se acredita, esse efeito somado às consequências da substituição dos insumos domésticos, poderá gerar efeitos maiores do que sugerem os autores. Além disso, o conceito proposto pelos autores está ligeiramente deturpado. Para eles, a desindustrialização é uma redução da participação industrial em termos absolutos, entretanto o conceito considera o processo uma redução de participação no PIB, ou seja: pode ocorrer mesmo com o crescimento da produção industrial, o que se encaixa no caso brasileiro. Em segundo lugar, os autores afirmam que o efeito do câmbio apreciado sobre a demanda agregada teve efeitos claramente expansionistas, mas, considerando que parte do consumo, em especial de bens manufaturados, é atendida através das importações, reduzindo os efeitos multiplicadores na economia brasileira, diminuindo a participação desses produtos no PIB. No mais, o efeito combinado do câmbio apreciado e da substituição de insumos domésticos pode gerar resultados nocivos para a indústria brasileira.

De modo geral, para que o quadro de desindustrialização possa ser revertido é necessário bem mais que a implantação de uma política industrial ou econômica específica, mas, de uma política macroeconômica bem estruturada que as suporte (CANO, 2012). Medidas paliativas de incentivo ao investimento ou proteção a indústrias isoladas, não irão reverter o quadro de desaceleração da indústria de transformação sem medidas que garantam sua manutenção no mercado internacional. Os países que historicamente conseguiram desenvolver o setor manufatureiro adotaram políticas industriais ativas, que preservam e estimulam a indústria doméstica, com políticas macroeconômicas responsáveis orientadas para estabilidade e desenvolvimento doméstico e externo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda não há um acordo quanto ao papel da Indústria no processo de desenvolvimento da Economia, e muito menos quanto à existência e/ou impactos do processo de Desindustrialização. Entretanto, o que se verifica é que a manutenção de um setor manufatureiro equilibrado amplia o potencial de crescimento da economia.

Como discorrido, também não há uma definição conclusiva referente ao conceito de desindustrialização, o que torna ainda mais distante o consenso entre os autores. Entretanto, observa-se que o fenômeno não se justifica apenas pela redução da participação industrial em termos absolutos, mas, com relação à participação no PIB, o que possibilita a ocorrência de um processo de desindustrialização, mesmo diante de um crescimento da produção industrial. Para avaliar a ocorrência ou não da chamada desindustrialização, verificou-se a necessidade de ampliar a análise dos indicadores, não restringindo o fenômeno a uma redução unicamente da participação do emprego industrial em relação ao emprego total, mas também do declínio do valor adicionado no PIB, além dos impactos causados pelo comércio exterior.

No processo de desenvolvimento econômico é dado um papel de destaque ao setor industrial em relação aos demais, conforme apontado nas Leis de Kaldor. As características particulares desse setor, bem como o fato de constituir fontes de retornos crescentes de escala, por serem a principal difusora do progresso técnico e minimizar as restrições no balanço de pagamentos que afetam o crescimento potencial de longo prazo.

No caso brasileiro, é evidente a redução crescente da participação industrial na economia de forma prematura, uma vez considerada uma economia em desenvolvimento que ainda não passou por um fortalecimento da indústria doméstica, e que teve a experiência de desaceleração anterior ao de outros países latino-americanos. Observa-se ainda que as decisões do governo através de políticas macroeconômicas, ao interferir nas variáveis econômicas, podem afetar direta e indiretamente a atividade industrial, com impactos variados.

Ademais, a apreciação cambial favorece o aumento do fluxo de importações de bens manufaturados, o que é considerado pelos ortodoxos como algo positivo, uma vez que estimula a importação de produtos de alto valor

tecnológico, ensejando a modernização da indústria doméstica; e justificam a desindustrialização proveniente das políticas de expansão da demanda, que, em função do aumento do salário real, da redução da taxa de desemprego, e da queda da produtividade do trabalho na indústria, geram aumento dos custos de produção e consequente perda de competitividade externa. Por outro lado, os heterodoxos, em especial os novos-desenvolvimentistas acreditam que essa apreciação é originária principalmente de doença holandesa, podendo propiciar uma redução da competitividade da manufatura interna deteriorando o saldo comercial dos produtos manufaturados.

Entre as teses alternativas apresentadas estão: a perda de competitividade no âmbito mundial, fruto das crises internacionais e da expansão da produção chinesa que penalizou a competitividade brasileira; a hipótese ortodoxa de convergência da indústria brasileira ao nível mundial; e, a desaceleração procedente da forte redução da taxa de crescimento dos investimentos privado e estatal.

Por fim, este trabalho fundamenta-se na exposição de argumentos envoltos na análise da desaceleração industrial brasileira, fruto de uma provável desindustrialização precoce. As teses apresentadas podem justificar os obstáculos enfrentados pela economia brasileira para o crescimento econômico do país, e o baixo desempenho no comércio internacional. No mais, verifica-se ser necessária a adoção de políticas macroeconômicas responsáveis, capazes de estimular a produção industrial doméstica sem comprometer o produto da economia como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. O complicado debate sobre desindustrialização. **Radar**, Brasília, DF, n. 21, p. 47-57, ago. 2012.
- BATISTA, P. N. (1994). O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, n. 6, set. 1994.
- BRASIL. **Decreto n. 7212, de 15 de junho de 2010**. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Brasília, DF, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, out.-dez. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, A.; FEIJÓ, A. C. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3 (144), p. 493-513, jul.-set. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização. **Cadernos FGV Projetos**, v. 5, 14, p. 68-73, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: Bresser-Pereira, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria (coletânea)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.; e, OREIRO, J. L. **Salários e Desenvolvimento**. In: Capítulo 2 de Structuralist Development Macroeconomics, Londres: Routledge, a ser publicado.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A Taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012.
- BONELLI, R.; PESSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Brasília, DF: IBRE/FGV, 2010. (Texto para Discussão, n. 7).
- BONELLI, R.; PESSÔA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Ed.). **O Futuro da Indústria no Brasil**: desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 45-80.
- BONELLI, R. **Industrialização e desenvolvimento**. Notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, organizada pela FIESP, 2005.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

DEPECON. **Perda de participação da indústria de transformações no PIB**. FIESP-CIESP. Maio/2015

DIEESE. Desindustrialização: conceito e situação no Brasil. **Nota Técnica**, n. 100, jun. 2011.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P.G.M. **Desindustrialização e os Dilemas do Crescimento Econômico Recente**. Carta do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. São Paulo, 2007.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. **“Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?”** Carta do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, nov. 2005.

FEIJÓ, C. A.; LAMÔNICA M. T. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 118-138 jan.-mar. 2011.

INSYITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Comissão Nacional de Classificação – CONCLA**. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online> cnae.html?secao=C&versaoclasse=7&versaosubclasse=10&view=secao. Acesso em: 12 abr. 2019.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de Câmbio, Comércio Exterior e Desindustrialização Precoce – O Caso Brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012.

MARCONI, N.; ROCHA, M. **Desindustrialização Precoce e Sobrevalorização da Taxa de Câmbio**. Texto para Discussão, Editora IPEA n. 1681. Rio de Janeiro, dezembro, 2011.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na Economia Brasileira no Período 2000-2011**: abordagens e indicadores. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica (Editora Unesp), 2012.

NASSIF, A. Há Evidência de Desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**. v. 28, n. 1, jan./mar. p. 72-96, 2008.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **Revista NECAT**, Ano 3, n.5, jan.-jun. 2014.

OREIRO, J. L. Desindustrialização e a ortodoxia. **Valor Econômico**, abr. 2012.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr.-jun. 2010.

PALMA, J. G. “De-industrialization”, “premature” de-industrialization and the Dutch Disease. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (Org.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. Second Edition. Palgrave Macmillan, 2005.

PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Ano 3, n. 3, set. 1949.

REIS, A.; SANTIN, M. F. A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais. **PERSPECTIVA ECONÔMICA**; v.3, n, 2: 65 - 81, jul./dez. 2007.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **International Monetary Fund Staff Papers**, v. 46, n.1, 1999.

SCHWARTSMAN, A. Uma tese com substâncias. **Folha de São Paulo**, 19 de agosto, 2009.

SINGH, A. UK Industry and the World Economy: A case of Deindustrialization? **Cambridge Journal of Economics**. v. 1, n. 2, jun. 1977.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Revisitando o conceito de Desindustrialização. **Revista OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 13, n. 1. 2014. p.57-73, 2014a.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Desindustrialização em debate: Teses e Equívocos no Caso da Economia Brasileira. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 57-76, 2014a.

SILVA, J. A. **Desindustrialização no Brasil: Teorias e evidências para o debate**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2014.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: Luzes e Sombras no Debate Brasileiro**. Texto para Discussão. Editora IPEA n. 1747. Brasília, junho de 2012.

TORRES, R. L. CAVALIERI, H. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4 (141), pp. 859-877, out.-dez. 2015.

THIRLWALL, A. P. **A Natureza do Crescimento Econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília: IPEA, 2005.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, 33, p. 433–466, 2008.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VIEIRA, F. V.; AVELLAR, A. P.; e, VERÍSSIMO, M. P. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3 (136), p. 485-502, jul.set. 2014.

WASQUES, R. N. O fenômeno da desindustrialização: uma análise do caso brasileiro na década de 2000. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia (MG), v. 26, n. 1, p. 65-84, Jul./Dez. 2011